



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2016

----- Aos trinta dias do mês de setembro de 2016, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1. Apreciação da Atividade Municipal;** -----

----- **2. Petição à Assembleia Municipal de Sesimbra – Segurança (rodo)viária na Azoia;**-----

----- **3. Eleição do Coordenador da Comissão de Planeamento Estratégico e Atividade Económica.**----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Maria José da Cruz Vieira Borges, Abel João Francisco Valadão e Sérgio Fidalgo Carvalho; -----

----- Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, Manuel Barros Cardoso e Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faias;-----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - José Manuel Lobo da Silva e Filomena Maria de Almeida Raimundo;-----

----- Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

----- Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra.-----

----- Verificou-se ainda a presença do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus e da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida Cruz Narciso.

----- O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, dada a impossibilidade de comparecer, foi substituído por Fernando José Mestre Patrício.-----

----- Comprovada a existência de quórum, vinte e três presenças e uma ausência, da Deputada Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos que justificou a sua ausência, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos. -----

----- Verificou-se também a presença da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

----- A Presidente da Assembleia da AMS começou por cumprimentar todos os presentes e informou que o Deputado Joaquim Mendes Dias, do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP, solicitara a suspensão do seu mandato por seis meses, tendo como justificação a necessidade de sair do Concelho e do País com frequência por motivos profissionais, não podendo assim garantir a colaboração necessária enquanto eleito. De acordo com o nº 2 do artigo 77º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, o pedido devia ser apreciado pelo plenário do órgão na reunião imediata à sua apresentação, pelo que perguntava se algum Deputado Municipal tinha alguma objecção ao pedido. Não havendo qualquer manifestação, o pedido de suspensão foi aceite. Informou em seguida que na presente sessão o Deputado Mendes dias era substituído pela Deputada Municipal Filomena Rodrigues. -----

----- Informou em seguida que o Deputado Pedro Mesquita comunicara que por razões de ordem profissional não podia comparecer estando presente em sua substituição a Deputada Municipal Isabel Faias.-----

----- Igualmente os Deputados Rui João Rodrigues e Tiago Aragão, ambos da CDU, por motivos de ordem familiar não podiam estar presentes sendo substituídos pelos Deputados Municipais Abel Valadão e Sérgio Carvalho, respetivamente.-----

----- Em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, estava presente o vogal Fernando José Mestre Patrício.-----

----- Informou que como era do conhecimento geral o Presidente da Câmara Municipal, Augusto Pólvora, encontrava-se doente, sendo substituído pela Vice-presidente. A AMS associava-se à manifestação de rápidas melhoras e de desejo que em muito breve pudesse estar de volta às reuniões da AMS. Fazia votos de força, coragem e luta numa fase da vida que estava a ser muito difícil.-----

----- Convidou em seguida o plenário a acompanhá-la a saudar o Deputado Tiago Aragão, uma vez que nascera o João. Deixou expresso, em nome da Assembleia Municipal, as felicitações aos pais e família.---

----- **Submeteu depois à votação as atas das reuniões da Assembleia Municipal de Sesimbra realizadas em 12/02/2016 e 26/02/2016 tendo sido aprovadas por unanimidade.** -----

----- Deu depois conhecimento da realização das auditorias interna e externa ao Sistema de Gestão da Qualidade da AMS que haviam decorrido nos dias 27 de julho e 19 de setembro, não se tendo verificado qualquer “Não Conformidade” e sido considerado pelo Auditor Externo da APCER como pontos positivos: O cumprimento do suporte documental do Sistema de Gestão da Qualidade; O cumprimento dos

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

objetivos e metas anualmente definidos; O empenhamento da Presidencia e respetiva Mesa da AMS; O facto do Sistema de Gestão da Qualidade ser assumido pela organização como um instrumento fundamental e uma mais-valia com ganhos significativos, e por último, a vontade de satisfazer o munícipe. Também tinha sido sugerido algumas recomendações denominadas de “Oportunidades de Melhoria” que eram sugestões para um melhor funcionamento da AMS. -----

----- O Auditor Externo destacara que a AMS continuava a ser a única assembleia municipal do País certificada pela APCER. -----

----- A Presidente da AMS disse que na sua opinião seria importantíssimo que outras assembleias municipais pudessem desenvolver processos semelhantes para que dessa forma todas pudessem contribuir para um melhor funcionamento dos órgãos, para a sua expressão e para a sua comunicabilidade com as populações locais. -----

----- Informou depois que iria decorrer em Estrasburgo, nos dias 7, 8 e 9 do Novembro, o Fórum Mundial da Democracia que decorria anualmente com temas relacionados essencialmente com práticas de cidadania e participação dos cidadãos. Este ano o tema era sobre “até que ponto é que a Educação contribuía para uma maior e melhor democracia”, e nesse contexto estava a ser preparada uma delegação da assembleia municipal de jovens que seria constituída por 5 professores, um de cada Agrupamento de Escolas, e 5 alunos também um de cada Agrupamento, assim como dois representantes da Assembleia Municipal. Esta visita de estudo seria uma valorização do trabalho da assembleia municipal de jovens. A visita de estudo merecera o apoio da Câmara Municipal e das 3 Juntas de Freguesia, no que respeitava às despesas inerentes à deslocação e alojamento. Também os participantes seriam convidados a dar o seu contributo, considerando as despesas com a alimentação. -----

----- **Prosseguindo os trabalhos colocou à votação a proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais de adiamento do ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos “Eleição do Coordenador da Comissão de Planeamento Estratégico e Atividade Económica” para a próxima sessão da Assembleia Municipal, tendo merecido aprovação unânime.** -----

----- Submeteu depois à votação a proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais de alteração da organização da Ordem de Trabalhos passando o ponto nº 2 “Petição à Assembleia Municipal de Sesimbra – Segurança (rodo)viária na Azoia” para 1º ponto da Ordem de Trabalhos tendo em atenção a presença na sala de muitos subscritores da Petição. -----

----- **Submetida a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Informou os cidadãos e cidadãs presentes que caso pretendessem usar da palavra, se poderiam

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

inscrever utilizando um formulário próprio, para poderem intervir no Período dedicado às intervenções dos Cidadãos.-----

----- Deu em seguida início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** informando que estavam 14 documentos inscritos:-----

- 1. VOTO DE PESAR – Eng.º Jorge Mata (Comissão 1) -----
- 2. SAUDAÇÃO - Campeões Europeus (Comissão 1)-----
- 3. CERTIFICADO DE CONGRATULAÇÃO - Luís Sénica (Comissão 1) -----
- 4. VOTO DE LOUVOR - Bombeiros Portugueses (Comissão 1) -----
- 5. MOÇÃO - Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (GM BE e GM CDU)--
- 6. MOÇÃO - Central Nuclear de Almaraz, no Estado Espanhol (GM BE) -----
- 7. MOÇÃO - Educação / Ensino privado (GM CDU)-----
- 8. MOÇÃO - Atendimento ISS Quinta do Conde (GM PSD) -----
- 9. MOÇÃO - Construção do Aeroporto Complementar de Lisboa na Base Aérea nº 6 (GM PSD)----
- 10. RECOMENDAÇÃO - SportZimbra (GM PSD)-----
- 11. MOÇÃO - Escola Secundaria, uma prioridade para a Quinta do Conde (Comissões 1 e 3) -----
- 12. MOÇÃO - Pela requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho (Comissões 1 e 3)
- 13. MOÇÃO - Tratamento igualitário Movimentos Cidadãos e Alteração da Lei Eleitoral (GM MSU)
- 14. MOÇÃO - Pelo direito da população do concelho de Sesimbra ao transporte público e à mobilidade (GM CDU)-----

----- Informou depois que fora acordado em Comissão de Líderes dos Grupos Municipais dar seguimento, em tempo oportuno, de três documentos: VOTO DE PESAR – Eng.º Jorge Mata; SAUDAÇÃO - Campeões Europeus e CERTIFICADO DE CONGRATULAÇÃO - Luís Sénica, tendo em atenção que o Plenário só estaria reunido em Setembro o que significava um grande distanciamento temporal dos acontecimentos. Portanto, não existindo nas competências da AMS a figura da ratificação, ficaria o registo em ata do conhecimento, por todos os deputados, dos documentos aprovados em tempo oportuno pela Comissão de Líderes dos Grupos Municipais que passou a apresentar: -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º Jorge Mata:** -----

----- *“É sempre difícil aceitar a partida prematura de alguém que tanto tinha ainda para dar quer a nível familiar, quer à comunidade que tão bem servia.* -----

----- *O engenheiro Jorge Mata deixa-nos aos 45 anos de idade, com um legado de competência, resiliência e humanidade que serve de exemplo a todos.* -----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *Este é um momento de profunda dor sentida pela esposa, filhos, pais, irmãos e demais família, e que os colegas e amigos também vivenciam.*-----

----- *A Assembleia Municipal de Sesimbra deixa, de uma forma muito singela, uma palavra amiga de conforto e de solidariedade, em especial à esposa, Vereadora Claudia Mata, aos filhos, pais, irmãos e demais familiares.*-----

----- *A Assembleia Municipal guardou um minuto de silêncio em sua memória e também em memória do pai do Presidente da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, recentemente falecido.*-----

----- *A Presidente da AMS antes de convidar todos os presentes a acompanhá-la num minuto de silêncio em memória do Sr. Eng^o Jorge Mata, disse que o minuto de silêncio também seria guardado em memória do pai do Presidente da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde que falecera há cerca de uma semana.*-----

----- **Saudação aos Campeões Europeus:**-----

----- *“Nas últimas semanas vivemos uma onda de grandes vitórias europeias, e dia após dia o nosso ânimo foi redobrado com os êxitos alcançados nas diferentes modalidades desportivas.*-----

----- *É um facto que a final do Campeonato da Europa em futebol, que decorreu em França, mobilizou o país e os portugueses que marcaram presença com o seu sentido patriótico, e sempre ansiosos por um resultado favorável a Portugal.*-----

----- *O Futebol, histórica e socialmente, tem este poder de atração, mobilizando todos os países, e por isso o entusiasmo geral culminou numa vitória que todos souberam festejar!*-----

----- *Estamos de parabéns! Estão de parabéns todos aqueles que se empenharam ao longo dos tempos na preparação e definição de estratégias que nos permitiu alcançar a vitória final.*-----

----- *Mas neste mesmo período também o Atletismo, através de diferentes atletas femininos e masculinos, alcançou diversos títulos de campeões da Europa.*-----

----- *Através do seu trabalho, espírito de equipa e organização, envolvendo dirigentes, treinadores e atletas alcançaram os seus objetivos conquistando os valores mais altos da sua prestação desportiva.*---

----- *Temos uma história olímpica de grande prestígio no Atletismo, contudo estas 5 vitórias (2 de ouro, 1 de prata e 2 de bronze) acrescidas da uma vitória por equipa, são a prova de um espírito de empenho coletivo que todos reconhecemos.*-----

----- *A conquista de mais um título europeu com medalha de ouro, por equipas, vem reforçar a nossa competência de lutadores por um grande objetivo desportivo que o povo português também soube agradecer vivamente.*-----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Porém, outras modalidades têm sabido marcar presença no quadro internacional do desporto português, como foi o caso de Teresa Bonvalot que se sagrou campeã da Europa de Surf em juniores.-----

----- Iguamente, e não menos importante, foi a vitória de ouro e bronze na Taça da Europa de Judo que se realizou em Gdynia, na Polónia. Também nesta modalidade, todos devemos reconhecer o grande prestígio que temos alcançado, quer no setor feminino como no masculino, por isso a nossa saudação é igualmente de reconhecimento por este título alcançado. -----

----- Por fim, desejamos realçar a grande vitória alcançada no Hóquei em Patins, no 21º Campeonato da Europa, realizado em Portugal, tendo como seu treinador e selecionador nacional Luís Sénica, sesimbrense que desejamos mais uma vez saudar.-----

----- É uma honra para Sesimbra, mas é sobretudo a digna recompensa de um profissional que tem ao longo da sua carreira vindo a ganhar o prestígio que todos lhe reconhecem, fruto do seu esforço, trabalho e persistência. -----

----- É uma honra e com grande satisfação que a Assembleia Municipal de Sesimbra felicita e saúda todos e todas os/as atletas que granjearam os títulos de campeões europeus, alcançados nas diferentes modalidades desportivas, igualmente extensivos às respetivas equipas técnicas e dirigentes federativos. -----

----- Dar conhecimento -----
----- Camara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Federação Portuguesa de Futebol; Federação de Patinagem em Portugal; Federação Portuguesa de Atletismo; Federação Portuguesa de Surf; Federação Portuguesa de Judo; Comité Olímpico de Portugal; Luís Sénica” -----

----- **Certificado de Congratulação a Luis Sénica** -----
----- “A Assembleia Municipal de Sesimbra congratula-se pelo facto da seleção nacional de hóquei em patins, dirigida por Luís Sénica, ter obtido o Título de Campeã no 52º Campeonato da Europa, que decorreu em Oliveira de Azeméis durante o mês de Julho de 2016. -----

----- Através da sua competência, sentido de responsabilidade e dedicação à modalidade, Luís Sénica tem sabido projetar o País e dignificar o Município de Sesimbra.-----

----- É com orgulho que manifestamos o nosso agradecimento ao cidadão sesimbrense que com esta vitória, obtida após decorridos 18 anos de interrupção, escreveu uma página bonita na história de desporto nacional e europeu.” -----

----- Seguidamente a **Presidente da AMS** apresentou o Voto de Louvor aos Bombeiros Portugueses subscrito pela Comissão de Líderes dos Grupos Municipais que se passa a transcrever: -----

----- “Nos últimos tempos o nosso País tem sido fustigado pelos incêndios que assolam o continente de -----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

norte a sul e a Ilha da Madeira, onde já morreram pessoas e animais. Os Bombeiros não têm mão a medir no combate a estes incêndios que se alastram a grande velocidade e cujas proporções se tornam devastadoras. Os nossos Bombeiros não conseguem estar em todo o lado ao mesmo tempo e tentam salvar primeiramente pessoas e bens, missão muitas vezes dificultada pelo avançar das chamas. Felizmente temos um País solidário e tem havido muitas iniciativas para apoiar os nossos Bombeiros, o que demonstra o reconhecimento pelo papel importante que têm exercido.-----

----- *Considerando o referido anteriormente, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 30 de setembro de 2016 aprova um Voto de Louvor aos Bombeiros Portugueses pelo serviço prestado ao País.*”

----- **Submetido a votação o Voto de Louvor mereceu aprovação unânime.**-----

----- Prosseguindo os trabalhos a **Presidente da AMS** apresentou a Moção com o título “Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento” subscrita pelos Grupos Municipais do BE e CDU. Informou ainda que na sessão ordinária de 15 de abril de 2016 a AMS deliberara por unanimidade baixar à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais a Recomendação à Câmara Municipal com vista à declaração do concelho de Sesimbra como «Zona livre do TTIP» Transatlantic Trade and Investment Partnership (Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento) apresentada pelo BE. No dia 17 de maio a Comissão 1 apreciou o documento, e hoje o documento surgia sob a forma de Moção sendo subscrito pelos Grupos Municipais do BE e CDU: -----

----- *“Recentemente, têm estado em negociação, vários tratados internacionais, entre eles TTIP, CETA, TPP, TISA, que visam, oficialmente, liberalizar o investimento e o comércio em vastas zonas do globo, com o declarado objetivo de construir e legitimarem novo paradigma de poder corporativo das grandes empresas sobre os Estados. No caso do TTIP, a Comissão Europeia e o Governo dos EUA têm vindo a promover, no maior secretismo, um Acordo Bilateral de Comércio Livre, também denominado por Tratado Transatlântico. O que se sabe com este tratado é o facto de se pretender “ligar ao mais alto nível de liberalização os acordos de comércio livre existentes, (bem como) a eliminação de todos os obstáculos inúteis ao comércio (...) e à abertura dos mercados”. A aceitação deste Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, tendo em conta a sua dimensão, viria afetar, de maneira horizontal, todos os sectores económicos e todos os sectores da sociedade. Só por esta razão, todo o processo que envolve este acordo deveria ser um modelo de transparência e democracia, mas, de facto, não é isto o que acontece, pois o que se observa é um processo obscuro, nada transparente e pouco democrático. Após dois anos de negociações, não existe informação concreta sobre o que está a ser concertado na especificidade, nem são conhecidos verdadeiros estudos independentes sobre os impactos social,*

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

económico e ambiental e, acima de tudo, não existe um verdadeiro debate, sério e abrangente, dentro da sociedade e mesmo para as instituições democraticamente eleitas, como os Parlamentos Europeu e Nacionais, sendo a informação condicionada e escassa. Importa salientar que este tratado não é de facto um tratado qualquer, ele resulta de uma alteração de estratégia por parte dos EUA e da UE, com vista a alcançar o objetivo da liberalização do comércio mundial e que caiu num impasse com o falhanço das negociações ao nível da OMC. Assim, EUA e UE decidiram alcançar por via dos acordos bilaterais aquilo que não conseguiam alcançar com um acordo multilateral e de facto EUA e UE juntos, representam 60% do PIB mundial, 33% do comércio mundial de bens e 42% do comércio mundial de serviços, o que quer dizer que só por aqui grande parte liberalização do comércio mundial fica desde logo feita. Acresce a isto, que este acordo, a concretizar-se, servirá de pressão para que os países que têm bloqueado as negociações ao nível da OMC deixem cair determinadas exigências, uma vez que este acordo, ao mesmo tempo que favorece as trocas comerciais entre EUA e UE prejudica as exportações de países terceiros para estes dois mercados.-----

----- Em relação aos impactos que poderão advir da assinatura deste acordo eles são muitos e diversos desde logo ao nível social, com a perspetiva de destruição de milhares de empregos, nomeadamente por via da falência das micro e pequenas empresas e da agricultura familiar que não sobreviverão a um mercado completamente liberalizado, onde a regra é exatamente a ausência de regras públicas de regulação do comércio e da produção. Também ao nível social, o que poderá ser perspetivado será a continuação da degradação dos direitos laborais por toda a Europa, em nome da competitividade nos mercados mundiais, por via do chamado dumping social. Por outro lado, este tratado significaria também aligeirar as regras no que respeita à garantia da qualidade dos produtos, em matéria de segurança alimentar, em matéria de impacto ambiental dos modelos de produção, em matéria de bem-estar animal, entre outros, uma vez que a harmonização da regulação que está prevista entre a UE e os EUA será sempre no sentido do menor denominador comum, ou seja, para uma forma de regulamentação mais permissiva e onde se inclui aqui a ameaça de liberalização do cultivo de OGMs. Acresce ainda que, para além de se refletir em menos políticas públicas, este tratado representaria também um atentado ao papel legislativo futuro das instituições democráticas, uma vez que, em qualquer matéria alvo de acordo e onde a realidade futura venha a ditar a necessidade de nova regulamentação, será necessário haver o consentimento da outra parte para que tal se possa verificar, falando-se ainda de um mecanismo para a resolução de conflitos, que permitiria que as empresas transnacionais processassem os Estados, fora dos seus tribunais nacionais, pela perda de lucros, nomeadamente de lucros futuros, o que conduziria à

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

dissuasão da atividade pública legislativa também por esta via. O TTIP implica, igualmente, um modelo produtivo mais intensivo e concentrado. Por exemplo, ao nível do sector agrícola, o que os dados previsionais espelham é que existem diferenças de realidades no que toca a modelos de produção entre os dois lados do atlântico, nomeadamente no que respeita ao seu grau de intensificação (por ex., enquanto na UE a área média por exploração é de 13 ha, nos EUA é de 180 ha; enquanto na UE existem 57 trabalhadores por cada 1000 ha, nos EUA existem 6 trabalhadores), sabendo-se bem qual o modelo económico que sairá beneficiado por este acordo e as consequências que tal trará ao nível laboral e da sustentabilidade ambiental de um futuro modelo produtivo. Considerando que, em termos de sustentabilidade, não se coloca apenas o nível do modelo produtivo, como também o nível do modelo de comercialização, uma vez que o TTIP irá estimular ainda mais a deslocalização do consumo e da produção, num sistema baseado cada vez mais no consumo de combustíveis fósseis e na mercantilização dos recursos naturais, com enormes impactos, por exemplo, ao nível das alterações climáticas. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Sesimbra delibera, na sequência da presente proposta:

----- 1 - Manifestar estranheza por um acordo desta importância e dimensão estar a ser negociado no 'segredo dos gabinetes', sem o conhecimento dos Estados e a participação alargada dos sectores económicos e associações de consumidores nacionais.-----

----- 2 - Reclamar e tudo fazer para que qualquer futuro acordo comercial seja alvo de um processo transparente e democrático, acompanhado por um verdadeiro debate, sério e abrangente, dentro da sociedade.-----

----- 3 - Rejeitar os impactos negativos do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento em negociação, nomeadamente os sociais, económicos, laborais, ambientais e alimentares e de eventual limite às próprias funções do poder democrático, garantindo-se sempre a prioridade da defesa dos interesses nacionais.-----

----- 4 - Expressar a sua preocupação, instando o Governo para que não venha a ser subscrito este acordo, nos termos em que tem vindo a ser negociado entre os EUA e a União Europeia.-----

----- Mais delibera ainda:-----

----- Enviar a presente deliberação ao Governo, ao Ministério da Agricultura, das Florestas e do Desenvolvimento Rural, a todos os Grupos Parlamentares, às Confederações de Agricultores, às Associações de Defesa do Consumidor e às Associações Ambientalistas. "-----

----- O Deputado Manuel José Pereira após cumprimentar todos os presentes disse que a versão agora apresentada subscrita pelos Grupos Municipais do BE e CDU vinha bastante mais ao encontro

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

daquilo que o Grupo Municipal do PS vinha dizendo, que era a necessidade de estudar as matérias, maior divulgação, menos secretismo, maior diálogo e maiores salvaguardas em relação a um conjunto de questões essenciais como a saúde pública, segurança, etc.. -----

----- Portanto o Grupo Municipal do PS iria votar a favor desta Moção e não a subscrevia porque era referido um conjunto de considerandos nos quais não se revia, mas concordava com a matéria deliberativa. Faria uma pequena Declaração de Voto onde seria referido que o PS queria que fosse feito um bom acordo e com todos aqueles condicionalismos. -----

----- **O Deputado Municipal João Rodrigues**, tomando o uso da palavra, iniciou por cumprimentar todos os presentes e disse relativamente ao acordo de parceria que seria correto pedir esclarecimentos para que os povos pudessem analisar, mas partia-se do pressuposto que seria negativo. Nessa base todos os acordos internacionais e de comércio seriam negativos, mas todos gostariam de ir ao supermercado e ter produtos durante todo o ano de várias origens. -----

----- Como parte desse pressuposto o Grupo Municipal do MSU iria abster-se por uma vertente que achava que seria positiva, que era possuir mais esclarecimento, e por outro lado ser negativa no pressuposto que o próprio acordo era negativo. -----

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** cumprimentou todos os presentes e quis, em seu nome e no da Concelhia do PSD, desejar as rápidas melhoras do Sr. Presidente da CMS e que fosse breve a sua presença nas reuniões da AMS e nos outros atos promovidos no Concelho. -----

----- Sobre a Moção o Deputado Municipal referiu que entre a apresentação da Recomendação e a Moção hoje apresentada tinha-se verificado algum desenvolvimento entre a União Europeia e os Estado Unidos da América. Posições tomadas pela União Europeia relativamente a certas temáticas, iam no sentido de que não abdicavam dos valores sociais, ambientais, segurança alimentar, saúde pública, etc.. Assim o Grupo Municipal do PSD/CDS-PP não iria votar contra a Moção mas também não iria dar o voto favorável e optava pela abstenção. -----

----- **Submetida a votação a Moção atrás transcrita foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (13 CDU, 5 PS e 1 BE) e 4 abstenções (2 PSD/CDS-PP e 2 MSU).** -----

----- **O Deputado Manuel José Pereira** prestou, em nome do Grupo Municipal do PS, a seguinte Declaração de Voto: -----

----- *“Os eleitos do PS votam a favor por considerarem que esta versão final vem ao encontro do que temos dito: estudar, divulgar, dialogar, salvaguardar,... o que corresponde às nossas preocupações, bem como do governo sobre esta matéria. Questões como o ambiente, a segurança alimentar e a saúde*

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

pública são essenciais. Acrescentar ainda que o País se deve bater por um acordo, desde que seja um bom acordo, havendo já a garantia de que será o mesmo votado na Assembleia da República.” -----

----- A Presidente da AMS apresentou em seguida a Moção sobre a Central Nuclear de Almaraz, no Estado Espanhol subscrita pelo GM do BE informando que também esta Moção fora presente na reunião da Comissão 1 realizada no dia 17 de maio:-----

----- “Considerando que: -----

----- a) A central nuclear de Almaraz, no Estado Espanhol, é a central nuclear mais próxima de Portugal. Situa-se a apenas uma centena de quilómetros da fronteira. Os dois reatores nucleares entraram em funcionamento em 1981 e 1983, sendo dos mais envelhecidos do Estado Espanhol, o que levanta preocupações, agravadas pelos sucessivos incidentes registados. -----

----- b) A Central teve o seu encerramento foi previsto para 2010, mas o Governo do Estado espanhol prolongou-o até 2020; -----

----- c) São conhecidos os recorrentes acidentes na mesma Central como são exemplos o incêndio num transformador situado no exterior da Unidade, e uma varia nos equipamentos, no passado mês de Fevereiro;-----

----- d) No início deste ano, cinco inspetores do Conselho de Segurança Nuclear do Estado Espanhol vieram a público quebrar o silêncio. Depois da última vistoria à central nuclear, motivada por repetidas avarias nos motores das bombas de água, ficou claro que o sistema de refrigeração não dá garantias suficientes e que, dizem os técnicos, coloca sério risco de segurança; -----

----- e) Almaraz é apresentada pela Greenpeace como um caso extremo. A central não cumpre pontos essenciais: não tem válvulas de segurança e sistemas de ventilação filtrada para prevenir uma explosão de hidrogénio como a que ocorreu em Fukushima; não tem dispositivo eficaz para contenção da radioatividade em caso de acidente grave; não tem avaliação de riscos naturais; não está sequer prevista a implantação de um escape alternativo para calor;-----

----- f) A Assembleia da República mostrou já a sua preocupação com esta situação tendo por isso aprovado, no passado dia 29 de Abril, dois Projetos de Resolução, neste sentido; -----

----- g) A Região de Lisboa e vale do Tejo é banhada pelo Rio Tejo, e situa-se no limite da Reserva Natural do Estuário do Tejo, a maior zona húmida do país e uma das mais importantes da Europa. É o maior estuário da Europa Ocidental, e alberga regularmente 50 mil aves aquáticas invernantes.-----

----- h) No passado dia 24 de Abril decorreu, em Mérida, o primeiro encontro ibérico do movimento pelo encerramento da central nuclear de Almaraz, que juntou participantes de 20 organizações políticas e

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

ambientalistas de Portugal e de Espanha. -----

----- *i) Deste encontro saiu a decisão de convocar um protesto ibérico marcado para Cáceres que se realizou no dia 11 de junho.*-----

----- *Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em Sessão Ordinária a 30 de setembro de 2016, delibera:*-----

----- *1. Manifestar apoio às organizações que se mobilizam pelo encerramento da central nuclear de Almaraz.*-----

----- *A Assembleia Municipal de Sesimbra delibera ainda remeter a presente saudação para: - Partidos com representação parlamentar*-----

----- *AZU-PT; Movimento Protejo PT; Movimento SOS tejo – PT; Zero – PT; Quercus – PT; Climáximo – PT; GEOTA – PT; FAPAS – PT; Campo Aberto – PT; MIA (Movimento Ibérico Antinuclear) - PT/ES; Ecologistas en Acción Extremadura – ES; ADENEx – ES; Podemos – ES; Izquierda Unida – ES; Anticapitalistas –ES; Equo – ES; PACMA – ES.”*-----

----- *Aberta a discussão usou da palavra o **Deputado Municipal Miguel Ribeiro** que começou por cumprimentar todos os presentes e referindo-se à Moção disse que o seu texto era claro. Apesar de não ser uma central nuclear localizada em Portugal estava mesmo ali ao lado com todos os problemas de segurança amplamente descritos, segurança essa que dizia respeito não só aos seres humanos mas também à flora e fauna que também estavam em risco.*-----

----- *A ideia de uma central nuclear tinha sempre conotações negativas e neste caso agravadas perante os problemas que aquela central tinha passado e que a Moção descrevia, inclusivamente o que fora dito por 5 inspetores do Conselho de Segurança Nacional do Estado Espanhol que confirmava o que já se suspeitava, ou seja, já tinha acontecido uma série de incidentes sendo que o sistema de refrigeração não dava garantias e colocava sérios riscos de segurança para todos. Por esta razão o Grupo Municipal do MSU iria votar favoravelmente sem qualquer margem para dúvidas e esperava que fossem tomadas medidas efetivas por parte do Estado Espanhol no sentido de desativar, de uma vez por todas, aquela central nuclear.*-----

----- ***O Deputado Municipal Alain Monteiro**, tomando o uso da palavra, saudou todos os presentes e referiu que o seu Grupo Municipal iria votar favoravelmente a Moção. Era importante que todos tivessem a consciência de que Portugal era um País Livre de nucleares, contudo na prática não era bem assim. Portugal tinha bem perto a central de Almaraz mas existiam outras. Uma central nuclear podia trazer muitas vantagens a nível económico mas tinha o reverso da medalha.*-----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **O Deputado Municipal Manuel José Pereira** disse que o seu Grupo Municipal iria votar favoravelmente a Moção. Notícias muito recentes referiam que o Reino de Espanha apostava em manter a Central em funcionamento e mais recentemente fora noticiado que iriam construir um depósito de resíduos na central. A questão que se colocava era que a selagem de centrais, ou, como era o caso, de construção de um depósito de resíduos, quase que apresentava mais riscos do que a própria central em funcionamento. Era óbvio que isso não acontecia porque não haveria transporte nas águas até ao nosso estuário e à nossa bacia, mas de facto era uma situação que preocupava todos e que devia continuar a preocupar quer a Assembleia Municipal de Sesimbra porque estava numa zona sensível, quer o País, o próprio Governo e a Assembleia da República deveriam estar preocupados com a matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** disse ter ouvido atentamente a intervenção dos outros Grupos Municipais e começava a estar um pouco confuso sobre a matéria. Ou o Governo Português não dizia a verdade ou se estava a levantar uma celeuma que não se percebia. No dia 3 de fevereiro de 2016, o Governo liderado pelo Partido Socialista com o apoio do PCP e do Bloco de Esquerda respondera a uma questão sobre a Central Nuclear da seguinte forma:-----

----- *“O Conselho de Segurança Nuclear de Espanha garantiu às autoridades ambientais portuguesas que «a Central Nuclear de Almaraz se encontra em condições de segurança», refere a Agência Portuguesa do Ambiente. Esta informação foi comunicada após «uma inspeção realizada por cinco inspetores» desse conselho.-----*

-----*Este conselho «é a entidade reguladora independente de Espanha para estas matérias, que depende apenas do Parlamento Espanhol e reconhecida como tal pelas entidades internacionais e comunitárias», sendo «o regulador de todas as centrais nucleares espanholas», mas «não sendo operador dessas centrais». -----*

-----*Portugal possui instrumentos bilaterais para acompanhar situações anómalas em qualquer Central Nuclear em Espanha, através dos protocolos e acordos estabelecidos entre autoridades espanholas e portuguesas, e, neste âmbito, a APA solicitou informação adicional sobre a situação na Central Nuclear de Almaraz.-----*

-----*De acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Segurança Nuclear sobre a inspeção à Central Nuclear de Almaraz, «realizada na sequência de falhas ocorridas nos motores das bombas do sistema de refrigeração», concluíram os inspetores que «todas as 5 bombas de água que garantem o arrefecimento dos sistemas de segurança dos reatores se encontram operacionais», que a «Central adotou medidas mais restritivas que as previstas nas especificações técnicas de funcionamento, e que no caso de qualquer falha em alguma das 5 bombas implicará a paragem imediata dos reatores» ”-----*

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** acrescentou que este comunicado fora transmitido pelo Governo aos Deputados da Assembleia da República. Desconhecia se o Bloco de Esquerda possuía outra

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

informação mais recente. -----

----- **O Deputado Municipal Alain Monteiro** disse que as centrais nucleares eram seguras até acontecer alguma coisa e já havia o exemplo do que acontecera no Japão, já para não falar de Chernobil. Contudo e porque o Deputado Municipal Lobo da Silva gostava de falar no acordo do Governo à esquerda, era importante ter a noção que o acordo não fora feito a pensar na central nuclear de Almaraz ou noutra situação local, fora sim para interromper o ciclo de empobrecimento do país. O resto eram situações que diziam respeito ao Governo e neste caso não ao PCP. -----

----- Usou em seguida da palavra a **Deputada Municipal Paula Gato** que cumprimentou todos os presentes e desejou um bom ano de trabalho. Disse depois que nenhuma central nuclear era formalmente considerada insegura antes de acontecer algum acidente. De facto era lamentável que um País que vinha apostando nas energias renováveis e era hoje um dos países de referencia em termos de energias renováveis, estivesse em risco, porque se estava em risco face a uma ameaça que era colocada por outro país e que influenciava de uma maneira significativa o nosso ambiente, a nossa qualidade de vida, e até de uma forma muito global e muito critica, a nossa segurança. Bastava pensar que se estava num território altamente sensível a questões de catástrofes naturais, nomeadamente terremotos. E que se acontecesse um terremoto em Portugal com consequências na central de almaraz, porque o nosso território não era assim tão grande, obviamente existiriam sérios problemas de segurança, não só para os espanhóis que eram os donos da central, mas para toda a população portuguesa. -----

----- Tomando em seguida o uso da palavra o **Deputado Municipal José Guerra** disse que não estava ali para defender o Governo Português, mas em Maio, o Ministro do Ambiente, numa declaração pública, declarava que depois de 2020 não aceitava as negociações com Espanha se a central não fechasse antes de 2020 porque o acordo estava até 2020 e a resposta que o Ministro dava era sobre a proposta espanhola de manter por mais 10 anos a central a funcionar. A declaração que lera dos inspetores e que fora citada, fora exatamente o oposto do que o Deputado Lobo da Silva dissera. Toda a gente ouvira as declarações dos 5 inspetores, que eram o órgão máximo da regulamentação sobre energia nuclear em Espanha, e qualquer um dizia que estava a trabalhar com condições mas sujeito a que qualquer situação pudesse provocar brecha e o urânio ficar a descoberto. Alem disso existiam 2 situações novas, uma delas já referida pelo Deputado Municipal Manuel José Pereira de tentativa do Estado espanhol criar um armazém para depósito de lixo tóxico proveniente da central nuclear. Como era do conhecimento geral o lixo tóxico infiltrava-se nos lençóis freáticos sendo que uma grande parte da água que os portugueses consumiam vinha dos lençóis freáticos de Espanha para o nosso país. -----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Devíamo-nos preocupar com aquilo que era previsível. Ninguém esperava que ocorresse a situação no Japão que se alastrara por uma província que ainda hoje crianças nasciam com problemas de mal formação. -----

----- Não se devia estar ali a discutir se o Governo A ou B dissera o que quer que fosse. A central espanhola de Almaraz era uma situação concreta que podia provocar danos graves para Portugal e sobrevivência da biosfera portuguesa e espanhola. -----

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** pediu à Presidente da AMS que solicitasse aos serviços que fizessem uma fotocópia do documento que lera para entregar ao Deputado Municipal do BE. -----

----- **A Presidente da AMS** respondeu que os serviços fariam posteriormente a fotocópia. -----

----- **Seguidamente colocou à votação a Moção atrás transcrita tendo sido aprovada por maioria com 21 votos a favor (13 CDU, 5 PS, 2 MSU e 1 BE) e 2 abstenções do PSD/CDS-PP.** -----

----- Deu depois conhecimento da Moção com o título **“Educação/Ensino Privado”**, do Grupo Municipal da CDU: -----

----- *“A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português A Constituição da República Portuguesa proclama que todos os cidadãos têm direito à educação, com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. No seu artigo 75º, a CRP determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, o que não dispensa de, ao mesmo tempo, reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela lei. A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, pelo que o ensino público não pode ser confessional. A massificação do ensino proporcionada pelo fim da ditadura fascista, e promovida desde a primeira hora, pela Revolução de Abril, criou naturalmente dificuldades aos governos da democracia na concretização do imperativo constitucional de criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o país. Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do ensino Particular Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80 instituiu os contractos de associação, a serem celebrados com escolas particulares situadas em zonas carecidas de escolas públicas. Em 2015, procurando concretizar um projeto neoliberal de criação de um mercado educativo alargado e concorrencial, o governo PSD/CDS celebrou contractos de associação com colégios privados que não correspondiam a carências da rede e visavam financiar esses colégios, em*

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública. O Ministério da Educação decidiu agora repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contractos a partir de 2016/2017 quando se verificar manifesta incapacidade da Escola Pública dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEEP. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 30 de setembro de 2016 delibera: -----

----- 1. Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contractos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública; -----

----- 2. Repudiar a campanha de desinformação brutal promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, com o acompanhamento cúmplice do PSD e do CDS, com o objetivo de desacreditizar a Escola Pública e os seus profissionais. -----

----- 3. Exigir do governo, o conjunto de medidas que visem concretizar um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens do nosso concelho-----

----- 4. Afirmar ainda, junto do Ministério da Educação, a necessidade de obras de requalificação na Escola Básica 2/3 Navegador Rodrigues Soromenho de forma a melhorar as condições deste estabelecimento de ensino, bem como, a retomar o projeto já aprovado para a Escola Secundária de Sampaio; -----

----- 5. Por último, endereçar ao governo e à Assembleia da República, a firme convicção desta Assembleia Municipal quanto à já reclamada e extrema necessidade da construção de uma Escola Secundária na Freguesia da Quinta do Conde, que sirva também as carenciadas freguesias vizinhas, tendo em vista o colmatar das necessidades neste nível de ensino naquela região, para cujo efeito a Câmara Municipal de Sesimbra já disponibilizou o terreno necessário; -----

----- Dar conhecimento a:-----

----- Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Diretores de Agrupamentos de Escolas do concelho; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Comissão de Educação da Assembleia da República; Ministro da Educação.” -----

*----- Aberta a discussão usou da palavra o **Deputado Municipal Manuel José Pereira** que iniciou por dizer que pensara que o Deputado Municipal Alain Monteiro iria fazer uma justificação para a necessidade de apresentação da moção uma vez que estavam presentes 2 documentos sobre Escolas.*

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Segundo aquilo que lhe era possível observar não existia qualquer dúvida sobre o que era o comportamento deste governo em relação aos contratos de associação, para além de que não existia qualquer dúvida sobre a forma como decorrera a abertura do ano letivo que parecia que corria relativamente bem em quase todas as escolas do País nomeadamente no nosso concelho que era o que mais interessava. -----

----- O Grupo Municipal do PS sugerira na altura que havendo 2 moções relativas a escolas do 2º, 3º ciclos e ensino secundário e a problemas concretos que existiam, e solicitar a intervenção do governo, que seria escusado a AMS estar-se a dedicar àquela matéria e aprovar a presente Moção e a alimentar os destinatários com mais moções quando interessava colocar maior foco nas outras 2 moções. -----

----- Naturalmente que o Grupo Municipal do PS concordava com o teor da Moção, considerava que era extemporânea. Votaria a favor e apresentaria uma Declaração de Voto no sentido do que acabara de dizer. -- -----

----- **O Deputado Municipal Alain Monteiro** disse que o Grupo Municipal da CDU considerava oportuna a apresentação do documento porque vinha reforçar a posição, mas também a necessidade do Concelho em termos de infraestruturas escolares que tanto precisava. -----

----- Usando da palavra **o Deputado Municipal João Rodrigues** disse que o Grupo Municipal do MSU nem sempre subscrevia os termos em que as moções eram apresentadas mas neste caso concreto subscrevia o seu teor na coerência da gestão dos fundos públicos e na base do 1º ponto do documento: *“Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contractos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública”*, ou seja, não fazia sentido na opinião do Grupo Municipal do MSU, fazer gastos numa escola pública e ao lado uma escola privada. -----

----- **Não havendo mais intervenções a Presidente da AMS submeteu à votação a Moção atrás transcrita, tendo sido aprovada por maioria com 21 votos a favor (13 CDU, 5 PS, 2 MSU e 1 BE) e 2 abstenções do PSD/CDS-PP.** -----

----- **O Deputado Manuel José Pereira**, em nome do Grupo Municipal do PS, prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- *“Os eleitos do PS pediram à CDU que retirasse esta proposta porque fragilizava as restantes Moções sobre as Escolas. Em face ainda do comportamento exemplar do governo nesta matéria e por já ter passado o momento próprio entendemos que já não se justificava e distrai a atenção das matérias que neste momento mais nos importam. Ainda assim, não tendo sido aceite o nosso pedido, obviamente o voto favorável do PS nesta matéria.”* -----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** solicitando o uso da palavra disse que o GM do PSD/CDS-PP iria abster-se em todas as votações como protesto pela forma como lhe fora retirada a palavra.-----

----- **A Presidente da AMS** respondeu que se fora retirada a palavra obviamente fora por ela tendo perguntado ao Deputado em que momento isso acontecera, uma vez que fora feita uma solicitação no sentido do documento ser fotocopiado e entregue ao Deputado José Guerra e que ela própria dera instruções aos Serviços nesse sentido, não entendendo como um pedido de dar continuidade ao uso da palavra por parte do Deputado Lobo da Silva. -----

----- Sabia que pela sua natureza e capacidade de intervenção rapidamente o Deputado diria “desculpa, ainda tenho mais coisas a dizer”. Não o fizera e portanto ela deduzira que a intervenção feita era no sentido de entregar o documento para fotocopiar. Não impedira, como o Deputado estava a deduzir, a continuação de pleno usufruto dos direitos de intervenção de Deputado na Assembleia Municipal. Como não o fizera de uma forma deliberada sentia o dever de não pedir desculpa. De qualquer modo aceitava o reparo que estava a fazer mas por esse mesmo motivo também achava que devia aceitar o reparo de refletir sobre a sua determinação quanto à participação no debate de moções que eram importantes para o Município e diziam respeito à comunidade local que ficariam em défice pela ausência de participação do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP, situação que não gostaria e registava o desagrado se o Deputado não refletisse sobre a sua posição. -----

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** respondeu que não tinha qualquer problema em dizer à frente de toda a gente que nutria pela Presidente da AMS uma grande admiração, mas existiam situações que por vezes aconteciam. Já não era a primeira vez que o seu Grupo Municipal e nomeadamente a sua pessoa estava a intervir e a Presidente da AMS cortava a palavra. Depois via que outros oradores conseguiam estar mais uns minutos a falar. Não queria entrar em polémica. Estavam presentes, pela primeira vez, n. munícipes a assistir aos trabalhos, mas costumava-se dizer que quem não se sentia não era filho de boa gente. -----

----- Solicitava a interrupção dos trabalhos por 5 minutos para refletir com a companheira sobre a matéria.-----

----- **A Presidente da AMS** disse que quando um Grupo Municipal da Assembleia Municipal de Sesimbra não estava no pleno usufruto da sua participação, era um problema de todos, portanto os trabalhos estavam suspensos por 5 minutos.-----

----- Retomados os trabalhos **a Presidente da AMS** questionou o Deputado Municipal Lobo da Silva se tinha algo a dizer sobre alguma matéria ao que o **Deputado** respondeu que não tinha nada a acrescentar.

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Prosseguindo os trabalhos a **Presidente da AMS** apresentou a Moção subscrita pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP com o título **“Pelo Atendimento Semanal do ISS na Quinta do Conde”**:-----

----- *“O Instituto de Segurança Social, IP encerrou o atendimento semanal na Freguesia da Quinta do Conde, serviço que estava a ser assegurado por duas técnicas no edifício da Junta de Freguesia. -----*

----- *A solução arquitetada por este Instituto com a Cercizimbra para minimizar o grave problema causado à População Quinta Condense é manifestamente deficitária.-----*

----- *Porque o encerramento deste atendimento deixa os Quinta Condenses mais desprotegidos, porque a maioria das pessoas que até agora se socorriam deste apoio na Quinta do Conde continuam a ter que se deslocar a Sesimbra ou a Setúbal, situação que entendemos ser insuportável a quem se encontra mais vulnerável, falamos em termos financeiros e também na escassez de transportes públicos nomeadamente para Sesimbra. -----*

----- *Assim, os Membros do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Sesimbra mais uma vez solidarizam-se com os Quinta Condenses e exigem que esta medida seja revista de imediato colocando novamente as técnicas do Instituto no edifício da junta par o atendimento Bi-Semanal. -----*

----- *Dar conhecimento desta moção:-----*

----- *Senhor Primeiro-ministro -----*

----- *Ministro da Solidariedade Emprego e Segurança social-----*

----- *Instituto da Segurança Social-----*

----- *Câmara Municipal de Sesimbra -----*

----- *Junta e Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde-----*

----- *Órgãos de Comunicação Social Locais e Regionais.” -----*

----- **A Presidente da AMS** lembrou que uma Moção idêntica já fora aprovada na sessão da AMS de 6 de março de 2015. Na sessão de 12 de fevereiro o Grupo Municipal apresentara novamente a Moção tendo sido reconhecido pelo Grupo Municipal reforçar algumas das questões porque a situação não tinha evoluído positivamente. A Moção não baixara a qualquer Comissão e o Deputado disponibilizara-se a acolher contributos. Mais tarde o documento fora, por solicitação do Deputado Lobo da Silva, presente na reunião da Comissão 3 onde ficara acordado verificar junto da Junta de Freguesia da Quinta do Conde se se tinha verificado alguma melhoria relativamente aos serviços. Hoje o documento era apresentado novamente. -----

----- **O Deputado Municipal Alain Monteiro** disse que o Grupo Municipal da CDU iria votar favoravelmente o documento porque se justificava a reposição do atendimento na Quinta do Conde, no

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

entanto aquela não era a solução que considerava mais adequada. A Quinta do Conde deveria ter um posto de atendimento permanente, com uma infraestrutura própria, tendo em conta que a freguesia, para além das necessidades que apresentava na matéria serem enormes, era também a freguesia com maior população do Concelho. Julgava que com 30 mil habitantes. Daí a posição do Grupo Municipal da CDU. -- -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Ribeiro** disse que o Grupo Municipal do MSU iria votar favoravelmente a Moção. A solução passava pela instalação de um posto permanente. A solução proposta não era satisfatória e era aceitável em termos de provisoriedade. Esta era a solução que mais agradava aos Quinta-condenses. Sabia-se que a Quinta do Conde vinha sendo mal tratada pelos sucessivos governos. Existia uma grande desconsideração e quanto mais a população crescia menos benefícios tinha e mais serviços perdia. Uma população que ainda estava em crescimento devia ter outro tipo de serviços e equipamentos. Sendo a permanência do posto de atendimento mais aceitável poder-se-ia tentar juntamente com o Instituto de Segurança Social pensar em soluções onde as próprias comunidades organizadas em Instituições de Solidariedade Social pudessem ter um papel importante no atendimento a pessoas que mais precisavam deste tipo de assistência e que não tinham por parte da Segurança Social. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel José Pereira** disse que esta era uma matéria em que o governo estava a preparar um *dossier*, aliás estava em diálogo com as entidades das autarquias locais para negociar a descentralização, embora o Ministro tivesse esclarecido que a descentralização de competências para os municípios nesta matéria, não passaria pelo próprio processo de concessão dos apoios sociais mas eventualmente pela área de atendimento, ou seja, a matéria que se estava hoje a debater. Não subscrevia o que fora dito anteriormente, até porque na sua opinião cabia ao Governo e ao respetivo ministério, decidir qual a melhor forma, mas naturalmente concordava que a existir um atendimento no Concelho de Sesimbra provavelmente ele se justificaria numa área em que a população da Quinta do Conde tivesse um acesso de proximidade e qualidade. -----

----- Portanto não tinha dúvida em concordar com os objetivos da Moção. Não estava era de acordo com ela e o Grupo Municipal do PS iria abster-se e apresentar uma Declaração de Voto dizendo que quando a Moção referia exigir "*que esta medida seja revista de imediato colocando novamente as técnicas*" as técnicas, como era sabido, não existiam. O Governo do PSD colocara, num processo de requalificação, centenas de técnicos da Segurança Social, e na área do distrito havia sido quase meia centena. As pessoas não regressaram automaticamente aos serviços por mudar o Governo. Umas

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

estavam noutras colocações, outras não quiseram, outras estavam com medo sobre o que lhes podia acontecer, e portanto não era um processo automático. Exigir que as técnicas que estavam anteriormente regressassem era impossível do ponto de vista da decisão política daquilo que eram as competências e atribuições do Instituto da Segurança Social e do centro distrital.-----

----- Esta era a razão pela qual o Grupo Municipal do PS não concordava com aquele texto e aquela afirmação, concordando naturalmente que na Quinta do Conde era preciso um atendimento de maior proximidade e de qualidade à população no que respeitava a apoios sociais. -----

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** disse que como a Presidente da AMS referira a Moção já fora apresentada anteriormente mas queria salientar que o Grupo Municipal do PSD/CDS-PP apresentara-a quando o Governo do PSD retirara as técnicas da Quinta do Conde, portanto não estava a trazer agora a Moção por o governo não ser do PSD.-----

----- Relativamente à intervenção do Deputado Alain Monteiro, se a CDU se sentia mais confortável em mudar o teor da Moção e colocar “Instalação de um posto” estava disponível para mudar. Assim como também queria dizer ao PS que se fosse condição para votar favoravelmente a Moção retirar a palavra “exigir” também estava de acordo. Só teriam que sugerir o texto de alteração porque o PSD estava disponível para conversar com o objetivo de que a Moção fosse aprovada por unanimidade.-----

----- **A Presidente da AMS** referiu que perante a disponibilidade por parte do proponente no que dizia respeito à inclusão de alterações ao texto, sugeria, para que os trabalhos pudessem continuar, que os Deputados Alan Monteiro e Manuel José Pereira propusessem as alterações e as entregassem ao Deputado Lobo da Silva. Mais tarde, quando o documento fosse considerado definitivo, voltar-se-á à sua apreciação.-----

----- **O Deputado Manuel José Pereira** disse que a sua sugestão fora clara, ou seja retirar a frase “*exigem que esta medida seja revista de imediato colocando novamente as técnicas*”-----

----- Após alguma troca de opiniões ficou acordado que a Moção seria retomada no final da votação dos documentos do “Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

----- Prossequindo os trabalhos a **Presidente da AMS** apresentou a Moção subscrito pelo GM do PSD/CDS-PP com o título “**Construção do Aeroporto Complementar de Lisboa na Base Aérea nº 6**” informando que também este documento fora presente na sessão ordinária de 15 de abril de 2016 tendo sido deliberado baixar às Comissões de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território e de Planeamento Estratégico e Atividade Económica. A reunião das Comissões realizara-se no dia 18 de maio de 2016, e após algum debate e apreciação não se verificara consenso quanto ao seu conteúdo pelo

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

que a mesma era presente na sessão de hoje:-----

----- *“A construção do Aeroporto Complementar de Lisboa na Base Aérea nº 6 assume-se como um investimento estratégico para o desenvolvimento do distrito de setúbal, na criação de emprego, na atração de novas empresas, na melhoria das acessibilidades e mobilidade e conseqüentemente na qualidade de vida das populações.*-----

----- *O desenvolvimento desta nova infraestrutura aeroportuária estima-se que leve à criação, no ano de abertura, de 4500 postos de trabalho, podendo chegar na sua fase de capacidade máxima a 15000 novos empregos.*-----

----- *Por outro lado, prevê-se que no ano de abertura venha a ser utilizado por 6 milhões de passageiros, podendo chegar aos 20 milhões de passageiros por ano.*-----

----- *Estes números demonstram o potencial de atração de novos investimentos para o distrito de setúbal e conseqüentemente para o Concelho de Sesimbra, oriundos de novos setores de atividade económica como, por exemplo, o turismo, diversificando e modernizando a economia, podendo dar lugar a um novo dinamismo económico gerador de riqueza e bem-estar social na comunidade, que se revele imprescindível.*-----

----- *A revitalização económica, associada à atração de novos moradores e visitantes criará uma oportunidade única de acelerar a reabilitação urbana, permitindo a sua requalificação e modernização.* -

----- *A implementação na Base de uma nova infraestrutura aeroportuária irá gerar uma nova mobilidade no Distrito através da implementação de um novo sistema de transportes públicos que, ao servir o futuro aeroporto servirá simultaneamente vários concelhos. Será ainda necessário implantar novas acessibilidades, por forma a interligar a nova infraestrutura com as redes rodoviárias nacionais e municipais, permitindo o desenvolvimento de um conjunto de novas estradas ambicionadas há vários anos pelos diversos Municípios.*-----

----- *A construção do novo aeroporto na Base Aérea nº 6 permitirá ainda que as Câmaras Municipais possam participar ativamente no processo de planeamento das novas infraestruturas necessárias ao funcionamento do aeroporto, sendo uma ocasião estratégica para potenciar o desenvolvimento do distrito e dos Municípios, e garantir que estes tenham acesso a um conjunto de novos equipamentos essenciais à melhoria da qualidade de vida das pessoas.*-----

----- *Por último, de realçar que todo este conjunto de novos investimentos públicos e privados, que se perspetivam para o distrito, irão gerar um importante aumento de receitas municipais para os diversos Municípios.*-----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Assim, os membros do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida no dia 30 de Setembro de 2016, deliberam:-----

----- 1. Manifestar o seu apoio à localização na Base Aérea nº 6, da solução aeroportuária complementar de Lisboa;-----

----- 2. Que o Município de Sesimbra na pessoa do Sr. Presidente da Câmara acompanhe o processo da construção do aeroporto complementar de Lisboa;-----

----- 3. Comunicar a presente Moção às entidades envolvidas no Memorando de Entendimento sobre o Desenvolvimento de um Plano de Expansão Alternativo da Capacidade do Aeroporto de Lisboa, nomeadamente:-----

----- Ministério de Estado e das Finanças;-----

----- Ministério de Economia;-----

----- Ministério da Defesa Nacional;-----

----- Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa;-----

----- Câmaras e Assembleias Municipais do Distrito de Setúbal;-----

----- Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal E.P.E;-----

----- ANA – Aeroportos de Portugal S.A.”-----

----- Usando da palavra, o **Deputado Municipal Alain Monteiro** referiu que o Grupo Municipal da CDU não iria votar favoravelmente o documento porque era de opinião de que de facto era necessário um novo aeroporto tendo em consideração que o aeroporto da Portela já estava na condição de limite. Era pois necessário um aeroporto mas não no Montijo pelo seguinte: O que estava a ser proposto era uma situação de remendo, ou seja o aeroporto no Montijo seria para servir as companhias de *low coast* e a CDU defendia que não devia ser assim. O aeroporto complementar de Lisboa devia servir também as companhias regulares, e a base aérea do Montijo não permitia receber aviões de grande porte. Poderia ser uma solução mais económica contudo a CDU defendia o aeroporto complementar em Alcochete que iria, de encontro com as necessidades, crescer. O aeroporto da Portela também não começara por ser aquilo que era hoje, também fora crescendo, e nesse sentido, a CDU considerava que a alternativa de Alcochete seria a mais apropriada. Relembrou que numa fase inicial do processo inúmeros estudos consideravam a localidade de Alcochete a mais adequada e correta para receber o aeroporto.-----

----- Os autarcas do Montijo e Alcochete tinham essa ideia e ainda há pouco tempo a ANA defendia a construção do aeroporto em Alcochete, aceitara no entanto a ideia de ir para o Montijo como situação alternativa mas Alcochete seria a melhor, também em termos técnicos e ambientais de acordo com

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

estudos efetuados.-----

----- **O Deputado Municipal João Rodrigues** disse que compreendia a opinião da CDU mas como Movimento de Cidadãos não tinha meios para poder discutir qual era a melhor solução, o que defendia era que a localização mais próxima de Sesimbra beneficiaria Sesimbra. Tanto subscreveria uma Moção que defendesse Montijo ou Alcochete, queria era que existissem moções que defendessem a construção de um aeroporto que todos assumiam que era necessário, e quanto mais próximo estivesse de Sesimbra melhor seria para os sesimbrenses, por isso o Grupo Municipal do MSU votaria favoravelmente a Moção como votaria outra que propusesse a construção de um aeroporto na margem sul.-----

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** disse que quando ouvira a intervenção do Deputado Alain Monteiro a dizer que defendia a construção de um aeroporto novo ficara a pensar que o mesmo já se convertera ao capitalismo. Existia uma base aérea perto de Sesimbra. Sabia que o colega de bancada da CDU dissera que se o aeroporto fosse na Ota ficaria mais próximo de Sesimbra do que Alcochete de Sesimbra, mas ele demonstrara que não ficava. -----

----- Existia uma base que podia muito bem servir os voos *low coast*. Não havia necessidade de fazer um aeroporto mas sim deslocar os *low coast* para o Montijo e ficava com a Portela hoje Aeroporto Humberto Delgado só para os outros voos. Em termos de números um novo aeroporto era qualquer coisa como 3 a 4 mil milhões de euros, enquanto que a reconversão daquela base aérea, qualquer coisa como 250 a 300 milhões de euros se poria a funcionar, com capacidade para os *low coast*. Não percebia a ideia de construir um aeroporto novo. A base do Montijo tinha 2 pistas, uma maior e outra mais pequena. A maior não podia receber os aviões *low coast*, mas a mais pequena que era a mais favorável, a pista 0119, que era excelente para se ampliar e receber aqueles aviões. Devia-se olhar para a vinda do aeroporto como um fator de desenvolvimento do distrito, e quando se falava do distrito falava-se de Sesimbra. Não percebia porque é que se pensava num aeroporto de raiz quando existia este com condições. Tinha a A12, A33 com acessos. Era necessário realizar algumas obras. O problema da Portela era o excesso dos voos *low coast* sendo que os passageiros queriam ter o mínimo tempo nos aeroportos. Queriam chegar, sair e visitar. Hoje em dia, a maior parte das pessoas que viajavam em *low coast* estavam 2 ou 3 dias em Portugal e iam-se embora. Portanto existiam vantagens em deslocar os *low coast* para o Montijo para enriquecer o distrito e enriquecer Sesimbra. Soubesse depois vender Sesimbra com o aeroporto a 30 quilómetros. -----

----- Quanto à Força Aérea esta tinha solução para retirar determinados voos dali. A base de Alverca, de Sintra. E não existiam tantos voos que se justificassem existirem muitas bases militares à volta de

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Lisboa, então por que não ceder o espaço? -----

----- Ao concluir perguntou se Sesimbra não ficaria beneficiada se o aeroporto fosse para o Montijo. -

----- Tomando o uso da palavra o **Deputado Municipal Alain Monteiro** disse que também ficava abismado por o Deputado Lobo da Silva se ter reconvertido ao comunismo e ficava contente. Quanto à questão de Alcochete, pelo que verificara no mapa não ficava a 300 quilómetros de Sesimbra. Ficava bastante perto. Mas se se imaginasse que o aeroporto era construído no Montijo, em meia dúzia de anos ficaria saturado, e certamente nessa altura porque a visão do PSD era muito pequenina, iriam dizer que se teria de construir outro aeroporto. Mas o Deputado Lobo da Silva não tinha estado atento à sua intervenção. A CDU não pretendia, naquela fase, um aeroporto gigantesco, mas sim que fosse crescendo à medida das necessidades e que respeitasse todas as situações técnicas de acordo com os estudos efetuados. -----

----- O **Deputado Municipal Manuel José Pereira** disse que com tantos entendidos em aeronáutica e aeroportos até tinha receio de falar. Era público que o Governo entendia como mais adequado, quer por força dos condicionalismos financeiros, que todos sabiam que existiam, fosse por outra ordem de ideias, seria a centralização dos voos de *low coast* na base aérea porque o aeroporto Humberto Delgado iria ficar esgotado rapidamente, e naturalmente, como a economia ia crescer, o País a investir, ia voltar a existir investimento público, o investimento privado também iria aparecer, daqui por uns anos o problema apareceria de novo e isso era claro como estarem todos ali presentes. O Grupo Municipal do PS concordava com a solução da base aérea e para a região podia ser favorável até porque poderia retirar alguma vantagem de reconstrução ou de novas acessibilidades, e isso seria uma vantagem que não era de forma nenhuma de menosprezar. Na base das razões que apresentara iria votar favoravelmente a Moção.

----- O **Deputado Municipal Nuno Nabais** tomando o uso da palavra, iniciou por cumprimentar todos os presentes e desejou a todos os deputados um bom último ano de mandato com trabalho, responsabilidade, competência e sobretudo com ponderação e prudência que era o que estava a faltar no debate. Fora criado um grupo de trabalho com a Força Aérea, Direção Geral de Defesa Nacional e aeroportos, para estudar a conversão da base aérea nº 6 do Montijo ao tráfego aéreo civil, e com tantos entendidos ainda não chegara o relatório à Comissão Parlamentar de Defesa que reunira na semana passada e fora unânime em concluir que os custos, aparentemente menores, não o eram. Estava-se a falar da reconversão de um aeroporto que tinha uma operação associada às forças armadas e à força aérea e que tinha custos agregados. As operações dos aviões, de transporte, vigilância marítima, buscas e salvamentos, treino, tudo o que estava sediado na base aérea do Montijo tinha que ir para algum lado,

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

porque a história de se colocar os voos de *low coast* que de facto já eram 60% do tráfego do aeroporto da Portela, daí o terminal 2 já estar congestionado e quererem fechar uma das pistas, para colocarem o estacionamento dos aviões e o tráfego *low coast* vir para o Montijo, para o distrito e Concelho seria vantajoso, mas era preciso analisar com algum cuidado porque tinha custos. Porque é que se dizia que uma construção de raiz e faseada seria uma situação mais faraónica do que os custos de conversão? Quem iria pagar as obras? Seria a DAVINCI que não respondera nem ao Governo nem à Comissão Parlamentar de Defesa desde Junho? Como é que iria pagar essa parte, ao público, a todos nós, que era a ocupação de uma pista.-----

----- A Força Aérea teria de sair do Montijo e quais seriam os custos. O próprio Marco António Costa dizia que os custos decorrentes de qualquer decisão deveriam ser assegurados por aqueles que retiravam vantagem económica da situação. Existia uma empresa privada que iria poder ter de mão beijada uma situação que se pensava fosse duradoura mas não era porque se existisse um crescimento exponencial do turismo como todos desejavam, talvez daqui a alguns anos se estivesse a conversar sobre a deslocação para outro lugar qualquer.-----

----- A situação que se vivia atualmente, a nível do próprio governo e dos deputados, não era tão clara como parecia de que os custos iriam ser menores ao se optar pela base aérea do Montijo. Já havia sido apresentado pelos autarcas da Região, a possibilidade de uma edificação faseada de um aeroporto no campo de tiro de Alcochete. O problema era que de um lado estavam pinheiros mansos, cerca de 250 mil plantados no Montijo, no outro lado era a questão dos sobreiros, portanto aí seriam as questões ambientalistas a virem ao de cima.-----

----- Chamava a atenção que quando se estava a votar favoravelmente porque parecia que os custos eram menores, parecia que estava a uns quilómetros mais próximos e parecia que seria a melhor situação, não se estava na posse dos dados que garantissem que os custos seriam menores na opção pela base aérea do Montijo. Era preciso atenção que na história da nossa democracia recente muitas das vezes os custos naquele dia, naquela semana, pareciam poucos e depois os contribuintes acabavam por pagar muito mais passados 5, 10, 15 anos da obra.-----

----- Tomando o uso da palavra, o **Deputado Municipal José Guerra** disse que na reunião conjunta das comissões, defendera a posição que mantinha, ou seja não dispunha de estudos feitos, económicos, ambientais, nem sobre a base aérea do Montijo nem sobre o campo de tiro de Alcochete, para poder tomar uma posição. Nem possuía os estudos que os vários técnicos haviam elaborado há uns anos atrás.

----- Quando se possuísse dados relativos aos estudos então poder-se-ia tomar uma decisão.-----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Perante a intervenção de um **Município** relativamente à demora dos trabalhos da sessão, a **Presidente da AMS** esclareceu que os trabalhos decorriam de acordo com o Regimento que obedecia à legislação, contudo poder-se-ia encontrar formas de aligeirar ou melhorar o funcionamento das reuniões. A Assembleia não estava a discutir nada que não fosse do interesse do Município de Sesimbra. Além do mais também considerava extremamente importante a presença dos municípios porque também os ajudaria a compreender porque é que determinados grupos políticos defendiam posições diferentes, e essa era a razão por que existia o contraditório e a dinâmica política e democrática. Dirigindo-se em seguida ao Deputado Lobo da Silva disse que o documento já fora presente numa sessão, já merecera apreciação ao nível das Comissões, portanto julgava que todos estivessem em condições de o votar independentemente das posições de cada Grupo Municipal, a não ser que houvesse a opção de baixar novamente à Comissão para reapreciação, mas eram claras as defesas dos pontos de vista. -----

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** respondeu que não havia necessidade de baixar novamente e que o documento deveria ser colocado à votação.-----

----- **O Deputado Municipal João Rodrigues** também considerou que se devia colocar à votação a Moção. -----

----- **Submetida à votação a Moção atrás transcrita foi rejeitada por maioria com 14 votos contra (13 CDU e 1 BE) e 9 votos a favor (5 PS, 2 MSU e 2 PSD/CDS-PP).** -----

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** disse que o seu Grupo Municipal iria fazer chegar uma pequena Declaração de Voto mas bastava dizer que ficava bem patente quem defendia o desenvolvimento do Concelho de Sesimbra, quem é que estava a favor que se avançasse no progresso e quem estava contra o progresso. -----

----- **O Deputado Miguel Ribeiro** prestando Declaração de Voto em nome do Grupo Municipal do MSU referiu que tal como o seu colega afirmara, apesar de não ter dados concretos para dizer qual era a melhor solução, a opção do Montijo por beneficiar Sesimbra, merecia um voto favorável por parte do MSU porque era isto que se devia fazer, defender o Concelho com as soluções que existiam à partida. ---

----- **O Deputado Municipal Alain Monteiro** apresentou em nome da CDU a Declaração de Voto referindo que votara contra a Moção pela convicção de que a solução que defendia era a melhor para o Concelho, sem demagogias ou outras falsas questões.-----

----- Em seguida **o Deputado Municipal Manuel José Pereira** sugeriu, considerando que o período regimental para o PAOD já fora ultrapassado e que estavam presentes representantes da população da Azoia, se interrompesse o PAOD, se passasse ao Período da Ordem de Trabalhos para apreciar o ponto da

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Petição, e que seguidamente se retomasse o PAOD -----

----- **A Presidente da AMS** lembrou que fizera a mesma proposta na reunião da Comissão de Líderes justificando que dada a perspetiva de demora por existirem muitos documentos no PAOD. Como certamente se recordaria, não se tinha verificado acolhimento pleno da proposta, o que não significava que não concordasse que suspendesse o PAOD e se retomasse mais tarde. -----

----- Após consulta a todos os Líderes dos Grupos Municipais **a Presidente da AMS submeteu à votação a proposta de suspender o Período de Antes da Ordem do Dia e dar início ao Período Aberto às Intervenções do Público, passando-se depois ao ponto da Ordem de Trabalhos - PETIÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA – SEGURANÇA (RODO)VIÁRIA NA AZOIA. Após a deliberação sobre o ponto da Ordem de Trabalhos retomar-se-ia o Período de Antes do Ordem do Dia.**-----

----- **Esta proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **A Presidente da AMS** declarou em seguida aberto o Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos dizendo que por acordo de todos os Grupos Municipais fora de facto tomada uma decisão que podia considerar “sui generis” mas simultaneamente importante pelo papel que o conjunto de cidadãos tinham tomado de forma única de ao abrigo do Regimento da AMS se ter organizado e apresentado um abaixo-assinado / petição para colocar o assunto como ponto da Ordem de Trabalhos da sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Também era uma questão que a AMS considerava de particular pois interrompera o Período de Antes da Ordem do Dia para poder abrir o Período dedicado às intervenções do Público e prosseguir com o Período da Ordem de Trabalhos para apreciação do ponto - **Petição à Assembleia Municipal de Sesimbra – Segurança (rodo)viária na Azoia**, apesar da AMS fazer muito gosto que os cidadãos e cidadãs acompanhassem os trabalhos da AMS até ao fim porque seria a forma mais correta de se compreender o que era o funcionamento de uma reunião de uma assembleia municipal e quais eram as posturas ideológicas, políticas ou pessoais, relativamente a determinadas matérias de interesse no Concelho. -----

----- Informou que estava para intervir o Cidadão Ricardo Manuel que entretanto saíra, sendo que faria questão de o contactar porque ele colocava questões relativas ao estado das estradas municipal 569 e nacional 379, bem como propunha a alteração do regimento da AMS para que o público pudesse falar mais cedo. -----

----- Cedeu em seguida a palavra à **Cidadã Ana Rita Vaz**, subscritora da petição: -----

----- Iniciou por se identificar dizendo que não era natural do Concelho mas exercia a sua atividade profissional em Sesimbra há 10 anos e há cerca de 8 anos escolhera a Aldeia da Azoia para residir e



Assembleia Municipal de Sesimbra

constituir família. Estava ali enquanto elemento de um grupo de habitantes da Aldeia, que de uma forma espontânea, por ter atingido o limite daquilo que considerava o razoável, se unira por uma causa comum “em segurança na estrada municipal 569”. A estrada 569 era o passeio da Azoia. Era a rua. Atividades básicas quotidianas como ir despejar o lixo, verificar o correio, ir comprar o pão, tinham de ser feitas pela estrada à mercê de quem lá passa. Muitos idosos circulavam de bicicleta para as suas tarefas diárias e também as crianças que frequentavam a Escola Básica da Azoia utilizavam a estrada para se deslocarem. Não existia alternativa. A população da Azoia adaptara-se mas não se conformara. Por outro lado, aos fins-de-semana, o desrespeito pelo código da estrada e o barulho constante das motas em alta velocidade, era muitas vezes interrompido pelo barulho das ambulâncias. Quem lá vivia sabia isso muito bem. Infelizmente este ano um dos acidentes fora fatal e perdera-se uma vida, morrera uma criança. Fora aquele denominador comum “em segurança” que levava um grupo de moradores da Azoia a reunir-se no dia 20 de junho para encetar uma dinâmica de ações. Depois de uma reunião alargada com várias pessoas de várias idades que se dedicavam a várias áreas, e no exercício do direito consagrado na Constituição da República Portuguesa e no Regimento da AMS fora elaborada uma petição que expressava as preocupações da população e o desagrado pelo esquecimento a que vinha sendo vetada a Aldeia. A petição em poucos dias reunira 240 assinaturas e fora entregue no dia 23 na reunião de Câmara. Também fora enviada ao Provedor da Justiça, ao Ministério da Administração Interna e ao Comandante do Destacamento da GNR de Setúbal. Nos dias seguintes, o grupo umas vezes mais restrito, outras vezes mais alargado, reunira para afinar estratégias e demonstrar o seu desagrado e a sua preocupação.-----

----- Sublinhou em seguida uma iniciativa da população que tivera o seu efeito, que fora uma ação de sensibilização no Cabo Espichel, junto de motociclistas e de condutores de automóveis, com entrega de folhetos e recolha de opiniões e sugestões. No mesmo dia a população reunira com o Vereador que tinha a responsabilidade das obras municipais, um técnico da autarquia e um elemento da GNR local para obtenção de respostas conjuntas. -----

----- A mensagem das pessoas que moravam na Azoia era muito clara: não se podia incentivar o turismo, as atividades da natureza, publicitar a gastronomia, ou a qualidade das praias, promover o património edificado, e esquecer o património que era mais valioso que eram as pessoas. -----

----- Era esta a mensagem que o grupo de residentes da Azoia queria expressar hoje na Assembleia Municipal de Sesimbra. -----

----- **A Presidente da AMS** acrescentou que a petição dera entrada na AMS no dia 8 de julho.-----

----- Usou em seguida da palavra a cidadã **Guilhermina Ruivo**, também subscritora da Petição, que

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

iniciou por dizer que os peões eram os utentes mais vulneráveis da via pública porque eram os mais desprotegidos, mas na aldeia da Azoia era toda a população que sentia essa falta de proteção porque era uma Aldeia que se situava ao longo da estrada, em pequenos aglomerados, que nos últimos tinham vindo a aumentar numa faixa de alguns quilómetros. Desde o Facho ou desde a Aldeia Nova da Azoia até à Escola seriam 2 a 3 quilómetros, e era nessa Escola Primária que andavam as crianças da Azoia. -----

----- Uma das razões que a Cidadã Rita subscreveu a petição era que pretendia que a sua filha frequentasse a escola mas isso só seria possível se os pais sentissem que a escola possuía condições e sem dúvida que o Município as vinha incrementando nas escolas, mas também as outras condições que eram fundamentais, as condições de segurança. -----

----- O grupo que de alguma forma começou por dinamizar e vinha acompanhando de mais próximo todas as questões e definido todos os passos, era um grupo representativo do que era hoje em dia a Aldeia da Azoia. Já se ouvira uma pessoa que não sendo natural escolhera a Azoia para residir. Ela era natural e trabalhava no Concelho. Tinham jovens que queriam contribuir para o bem-estar da população da Aldeia, representantes do comércio, que era uma atividade bastante importante na Aldeia. Tinha pessoas ligadas à única coletividade que existia na Aldeia. Portanto era um grupo representativo do que era a população. -----

----- Sem dúvida que desde o início do movimento da população algumas coisas haviam sido feitas, e isso deixava o grupo bastante satisfeito, aliás verificava-se até, que em tão curto espaço de tempo, afinal, muitas das coisas que haviam solicitado constantes da petição apresentada à AMS, não eram nem complexas nem difíceis de fazer. Só para dar um pequeno exemplo, o grupo tivera uma pequena reunião a convite da Presidente da AMS há uma semana. No dia seguinte, e porque fora lembrado que algumas passadeiras não tinham sido repintadas, estavam a pintar as passadeiras, aliás até alguém tinha perguntado se os serviços camarários haviam trabalhado de noite. Queria acreditar que já estivesse agendado e que também os sinais luminosos colocados nas lombas também estariam agendados. Mas ainda assim, estivessem ou não, davam uma prova de que facto a participação era sem dúvida fundamental. O grupo podia ter tido outra forma de estar. Podia ter cortado a estrada no Facho e chamado os órgãos de comunicação social, mas não fora essa a atitude do Grupo, mas sim optar por uma atitude construtiva e pedagógica. Uma atitude participativa. O grupo entendera que as instâncias e as instituições tinham que cumprir aquilo que era o seu objetivo e o que era o seu mandato. -----

----- Mas se de facto algumas coisas já tinham sido feitas as preocupações mantinham-se porque as forças de segurança tinham de ser muito mais atuantes e assíduas, sobretudo aos fins-de-semana, no

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

período da manhã. Continuavam a ser um perigo e as pessoas tinham receio de sair à rua. -----
----- No que respeitava à manutenção haviam sido feitas coisas mas era preciso continuar e melhorar o que fora feito.-----
----- Na última reunião o Grupo ficara com uma preocupação acrescida porque fora transmitido pelo Vereador que iria ser feito um passeio que era fundamental para a segurança dos peões, sobretudo numa estrada com aquele tráfego que era estreita e não tinha bermas, mas fora dito que o passeio fazia parte de uma candidatura.-----
----- Assim colocava-se 2 questões. 1ª: qual seria o prazo da candidatura; e quando é que o Grupo iria ter uma resposta para saber quando se iniciaria a obra. 2ª Questão: E se a candidatura não fosse aprovada, o passeio seria feito, a obra seria inscrita no Plano de atividades e tinha orçamento para ser executada?-----
----- Disse depois que a obra teria início no sentido Santana / Cabo Espichel, e a preocupação do Grupo era que sabendo que do lado da Serra da Azoia e da Aldeia Nova da Azoia, o passeio teria de ser interrompido porque existiam cruzamentos, a preocupação era se não iria ficar nenhuma obra a meio e depois nem passeio nem bermas. Se a obra começasse no Cabo Espichel ficando os troços concluídos talvez isso não acontecesse. -----
----- A postura do Grupo continuava a ser a mesma, ou seja, colaboradores e disponíveis. O Vereador sabia que quando quisesse marcar reuniões bastava dizer o dia e a hora que o Grupo estaria lá para discutir as soluções. Era este o compromisso que o Grupo pretendia quer da AMS quer da CMS. -----
----- Ao concluir, a cidadã Guilhermina Ruivo leu uma citação da Presidente da AMS que precedia a apresentação do Regimento: *“É este o caminho que devemos consolidar para que em parceria com os municípios possamos fortificar a sua vontade na vida do Município.”*-----
----- Era este o compromisso que o Grupo queria com os Órgãos. Continuará ativo e atento para esta questão e para outras que tinham e que iriam surgir.-----
----- A **Presidente da AMS** sublinhou a questão da participação dos cidadãos dizendo que de facto tinha sido uma forma correta de atuar, sendo que também era esse método que se procurava ao nível do projeto da assembleia municipal de jovens, ou seja, não bastava criticar, mas sim continuar a colaborar e a participar nas discussões, ajudando a melhorar.-----
----- Esclareceu que após a entrega da Petição na AMS em 8 de julho, fora dado conhecimento à Comissão dos Líderes dos Grupos Municipais, da qual fazia parte também a mesa da AMS. Depois tinha havido necessidade de estabelecer contacto com o Vereador e realizar uma reunião da Comissão de

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Líderes, e na reunião da Comissão com os representantes da Petição e com o Vereador, realizada há cerca de 8 dias, ele tivera oportunidade de explicar todas as questões e a postura que a CMS estava a ter com a matéria. A reunião fora muito útil para troca de informações e ponto de situação. -----

----- Era a primeira vez que esta situação de apresentação de uma petição aparecia na Assembleia Municipal de Sesimbra na sua Ordem de Trabalhos, e portanto era um aspeto muito positivo que fazia questão de sublinhar, mas como tal, carecia de uma deliberação, e a Comissão entendera que a mais consentânea com aquilo que tinha sido todo o processo seria elaborar o Relatório conforme estipulava o Regimento da AMS que fazia um pontuado de várias situações que merecera o contributo dos Líderes dos Grupos Municipais, cujo conteúdo se passa a transcrever:-----

----- *“Relatório* -----

----- *Petição – Segurança (rodo) viária na Azoia* -----

----- *No passado dia 8 de julho foi recebido na assembleia municipal uma petição designada por – Segurança (rodo) viária na Azóia – a qual se enquadra não só no 52º artigo da Constituição Portuguesa mas também no artigo 75º do Regimento da assembleia municipal.* -----

----- *Os peticionários usufruíram pela primeira vez desta premissa, na vida democrática deste órgão autárquico, facto que desejamos registar como expoente máximo da participação dos cidadãos na vida do município, que de uma forma coletiva enunciam um conjunto de preocupações importantes circunscritas à aldeia da Azoia, local da sua residêcia.* -----

----- *Após a receção do referido documento foi o mesmo do conhecimento da comissão de líderes dos grupos municipais estando o mesmo presente na sua reunião realizada no passado dia 26 de julho. O acordo registado entre todos os seus membros foi no sentido de ser agendada uma reunião com a comissão de peticionários e também com a câmara municipal, na pessoa do Vereador Sérgio Marcelino, a fim de conhecer de forma pormenorizada, o ponto da situação.* -----

----- *Tal como estava previsto decorreu no passado dia 19 de setembro a reunião entre os representantes da Petição, Vereador Sérgio Marcelino e todos os membros da comissão de líderes, na qual foram bem expressas, de viva voz, as preocupações expressas no documento sobre as quais o Vereador teve a oportunidade de apresentar a calendarização das diferentes ações, inerentes ao processo, enunciando com pormenor quais as tarefas já cumpridas e quais as que estavam em agenda e calendarizadas para serem desenvolvidas com brevidade. Salientou ainda o propósito da CMS em desenvolver um projeto de ordenamento das bermas da estrada destacando os espaços de estacionamento, acessos para estacionamento e outros aspetos que em breve serão apresentados a todos*

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

os petionários em reunião a agendar. -----

----- Coletivamente foram evidenciadas as seguintes considerações: -----

----- 1. A oportunidade com que os munícipes da Azoia usufruíram da premissa do regimento da assembleia municipal que lhes permitiu apresentar as suas preocupações, solicitando a sua integração na ordem de trabalhos da reunião ordinária; -----

----- 2. O registo, com agrado, das tarefas já desenvolvidas pela câmara municipal, sobre as quais os petionários demonstraram alguma satisfação, embora se mantenham atentos e preocupados, perante as intervenções já realizadas, como a sinalização vertical, as bandas já colocadas e demais sinais de informação entretanto afixados; -----

----- 3. Perante a apresentação do projeto preparada pelo Vereador Sérgio Marcelino, sobre a intervenção a realizar naquela aldeia e em especial na estrada municipal 569 será o mesmo apreciado e analisado numa reunião a realizar com a população da aldeia.-----

----- Perante as questões colocadas pelos petionários, os esclarecimentos dados pelo Vereador e as observações colocadas pelos diferentes membros da assembleia, foi manifestada a satisfação pelas obras e ações já desenvolvidas, contudo, a assembleia municipal recomenda à câmara municipal que periodicamente lhe seja remetido o ponto de situação acerca das questões expressas na referida petição, a qual se anexa, bem assim como o projeto entretanto apresentado.” -----

*----- **A Presidente da AMS** cedeu em seguida a palavra à Vice-presidente da CMS para prestar os devidos esclarecimentos.-----*

*----- Usando da palavra, a **Vice-presidente da CMS** iniciou por cumprimentar todos os presentes e congratulou-se pelo movimento espontâneo de cidadãos. Era assim que se constituía a cidadania e se consolidava a democracia, apesar de algumas das preocupações da CMS já estarem no terreno e daí os prazos de execução de algumas das solicitações do Grupo de Moradores da Azoia terem sido céleres. As intervenções não vinham apenas no decurso das preocupações dos moradores, algumas delas estavam já planeadas e resultavam também das visitas que a CMS fizera no âmbito dos foros das opções participadas.-----*

----- De qualquer forma o nefasto acontecimento viera precipitar muitas das situações e portanto congratulava-se por tão rapidamente a população da Azoia se poder ter reunido com a CMS e esta poder ter dado a resposta rápida que estava hoje já implementada no terreno. -----

----- No que respeitava às preocupações manifestadas em relação ao passeio, a Vice-presidente explicou que em primeiro lugar o prazo de concretização iria ser para o orçamento de 2017. A CMS tinha

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma candidatura que não corria o risco de não ser aprovada porque era uma candidatura que estava já compromissada. Aliás as candidaturas no âmbito do Portugal 2020 tinham regras diferentes do que tinham sido as candidaturas do QREN, e portanto já estavam compromissadas, no âmbito do Município, as verbas e os projetos que ficariam afetos a cada verba, e portanto a candidatura seria sempre concretizável.-----

----- Em relação ao prazo temporal, o aviso do concurso que era uma candidatura no âmbito do PEDUS terminava até 31 de maio, e portanto estavam todos a fazer um esforço para que se pudesse até antes dessa data, apresentar algumas das candidaturas, entre as quais o passeio da Azoia, mas seriam para concretizar durante o ano de 2017. Esta informação poderia não ser uma boa notícia para a Azoia porque não seria concretizada no prazo de 6 meses, mas a boa notícia era que seria concretizada em 2017.-----

----- Desconhecia se seria possível ou não porque era uma questão técnica, de inverter o início do final da obra e iniciar a obra no sentido Cabo Espichel / Santana, mas a CMS estaria atenta, como tinha estado até aqui, para que a população da Azoia pudesse ter rapidamente à sua disponibilidade e disposição todos os meios de segurança para que pudesse circular como era afirmado, na rua da Aldeia.-----

----- **A Presidente da AMS** questionou se mais algum munícipe pretendia usar da palavra mas nenhum diligenciou nesse sentido. Nessa conformidade encerrou o Período aberto às Intervenções dos Cidadãos e declarou aberto o **Período da Ordem de Trabalhos** passando ao ponto **“Petição à Assembleia Municipal de Sesimbra – Segurança (rodo)viária na Azoia”**.-----

----- Seguidamente a **Vice-presidente da CMS** cedeu em seguida a palavra ao **Vereador Sérgio Marcelino** para prestar informações adicionais.-----

----- O **Vereador Sérgio Marcelino** começou por informar que do ponto de vista cronológico, a Petição fora entregue numa reunião da CMS que se disponibilizara de imediato para falar com o Grupo que estava presente no dia seguinte, e no fim de semana seguinte a CMS disponibilizara-se, bem como os Técnicos, para uma reunião na Azoia, onde haviam sido debatidos e revelados alguns problemas verificando-se alguma exaltação e desconforto sobre a situação vivida na Azoia durante muitos anos.----

----- De facto existiam alguns problemas por resolver e como já fora referido pela Vice-presidente alguns haviam sido resolvidos de forma célere tendo em conta as limitações que a CMS tinha do ponto de vista técnico, logístico e operacional, e prestara resposta aos anseios da população. Em seguida o Vereador disse que iria fazer uma apresentação em *“power point”*, aliás já exibida aquando da reunião da Comissão de Líderes realizada no dia 20 de setembro, tendo no entanto destacado o que era novo, que era na sua opinião o que era mais importante na obra, que era a mobilidade.-----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A Múncipe Ana Rita referira que a estrada era o passeio e o passeio era a estrada. Mas também por vezes a estrada era valeta. Num lado existiam valetas enormes que não faziam sentido e teriam de ser abolidas. Estava preparado um plano para minimizar, pelo menos na faixa norte do passeio. Passou em seguida a fazer a apresentação. -----

----- Disse que a crispação inicial já desaparecera e atualmente persistia uma postura completamente diferente para resolver os problemas. Muitas das coisas que já foram feitas não apareciam na petição e estavam a ser implementadas e cada vez que solicitavam algo mais a CMS dava resposta. -----

----- A CMS tinha alguma dificuldade em assumir os sinais luminosos. Por vezes os sinais luminosos não eram respeitados, ainda ontem, depois de pintadas as passadeiras desde Santana até ao Cabo Espichel, bem visíveis e com os sinais vermelhos, os automobilistas, na zona do Zambujal, passavam a toda a velocidade e duvidava da eficácia da colocação dos semáforos. -----

----- Referiu também que a placa de indicação da localidade da Azoia já estava no local correto com a colaboração do serviço de informação geográfica e cadastro. Tinha sido retirado um sinal de indicação de velocidade de 70 km, o que não fazia sentido porque era dentro de uma localidade e a velocidade máxima era 50 km por hora tendo sido colocado o sinal junto à identificação do local. Tinham sido colocadas as placas indicadoras da escola básica. Voltaram a pintar as passadeiras que não estavam visíveis. Em agosto começara com a execução de duas lombas redutoras de velocidade também para verificar a sua eficácia, apesar de na primeira reunião na Azoia existirem alguns municípios que consideravam que demasiadas lombas redutoras poderiam provocar problemas. Substituíra a sinalização vertical para peões, colocara sinalização para passagem de animais, nomeadamente rebanhos. Foram colocadas placas de sensibilização no sentido Santana / Azoia e Cabo Espichel / Azoia para respeitar a vida de quem vive ali e também apelar ao cumprimento das regras de velocidade. -----

----- Na última reunião informara que as passadeiras iriam ser pintadas na semana a seguir, assim como também os olhos de gato porque à noite não era visível, conforme planeado e o trabalho já tinha sido executado. -----

----- A candidatura referida pela Vice-presidente era no âmbito dos PAMUS - Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável. O estudo iniciara-se em 2015. O valor estimado inicial da obra que também estava sujeito a alteração era de 305 mil euros. Se o valor não fosse suficiente teria de ser completado pelo orçamento municipal. A intervenção seria desde o início da localidade até ao acesso da coletividade. Era uma zona muito extensa. Estava a equacionar a colocação de novas passadeiras junto ao minimercado do Sabino e a realização de uma rotunda para inibir o excesso de velocidade e permitir

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

circulação em segurança. -----

----- Relativamente à programação da empreitada era indiferente começar a sul ou a norte. Percebera na reunião que a prioridade dos moradores era intervir na zona mais populacional e mais dinâmica onde estava a escola, minimercado, restaurantes, sendo que do ponto de vista técnico não trazia qualquer problema o local de início da obra. -----

----- Prossequindo a sua intervenção disse que, de momento, os autocarros estacionavam em cima das passadeiras. A CMS iria deslocar as passadeiras mais para trás para que o autocarro estacionasse junto da paragem, e que a passadeira fosse de facto utilizada como tal. Também nas zonas de recolha de lixo onde existiam os caixotes do lixo e seriam colocados os futuros eco pontos, seria colocada uma passadeira. Como a CMS iria fazer a pavimentação da zona norte, na zona sul onde existiam paragens de autocarro, zonas de recolha de lixo, existiria sempre um acesso em segurança através de uma passadeira e também com um passeio para que as pessoas se sentissem seguras. -----

----- Onde existia a valeta a mesma seria tapada com passeio com uma zona para drenagem seguindo depois a estrada. -----

----- Disse depois que seria feita uma zona de desconforto junto às passadeiras para os automobilistas. Quando chegassem à passadeira tinham obrigatoriamente que reduzir a velocidade porque a CMS iria encurtar a zona de passagem, o que seria feito através de um lancil, e se o automobilista fosse em frente acabaria por bater com as rodas no lancil. Esta situação estava planeada para toda a intervenção. Esta forma já existia nalguns sítios e a CMS entendia que seria mais um obstáculo ao excesso de velocidade. Se os automobilistas confrontassem iriam sentir alguma insegurança porque acabariam por ficar muito juntos. A margem das dimensões iria impedir que passassem à vontade por cima da passadeira. A CMS não queria que todas as passadeiras fossem elevadas porque se transformariam num grande desconforto quer para quem nos visitava mas também para os Azoianos. -----

----- No prazo de 15 dias iria a Azoia apresentar o ficheiro em pormenor com mais calma e detalhe e discutir com a população o que fosse necessário. -----

----- Ao terminar disse que a CMS também iria criar zonas de estacionamento quer de um lado quer de outro. Neste momento estava a ser estudado a criação de estacionamento nos locais onde faziam sentido e onde eram necessários. Dia 15 ou 16 de outubro estaria na Azoia.-----

----- Usou em seguida da palavra o **Deputado Municipal Alain Monteiro** que saudou a população da Azoia pelo facto de ter avançado com o processo dando a oportunidade ao executivo de resolver um problema que não era recente mas sim de há muitos anos e atravessara vários executivos municipais. ---

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Era um problema característico de centenas de aldeias em Portugal, no entanto ficava satisfeito pela forma célere como a CMS respondera e estava a responder à situação, nomeadamente com as soluções que estava a querer implementar. Muitas delas eram obviamente no seguimento da Petição realizada pela população da Azoia, outras não, mas a CDU considerava que no conjunto, como já fora dito pelo Vereador Sérgio Marcelino, seriam todas as situações que pudessem minimizar o efeito de ter uma estrada a passar no meio de uma aldeia. No entanto esta era uma situação com vários responsáveis ou vários protagonistas, ou seja, estava a falar de falta de civismo de condutores de motociclos e de um conjunto de intervenientes que utilizavam a via. Estava também infelizmente a falar de falta de atuação por parte das autoridades, os próprios moradores, e não estava a atirar culpa para os moradores mas ele próprio morava junto a uma estrada e vivia com um aperto no coração porque tinha duas filhas, e tentava fazer sempre com que elas tivessem o máximo de cuidado ao atravessar ou utilizar as vias, e não era fácil, porque como dissera a cidadã Ana Rita, era o passeio deles, e nesse sentido tinham que criar e ter a capacidade para criar outras infraestruturas para que o recreio das crianças não fosse sequer o passeio.-

----- De qualquer maneira voltava a referir a forma como a CMS respondera, a título de exemplo e servia o que quer que fosse, tinha uma pessoa amiga que morava noutra concelho e no início do verão solicitara que a câmara cortasse umas ramadas de umas árvores que estavam envoltas num cabo de eletricidade e terminado o verão nada fora feito, e em Sesimbra já existia um Plano de Ações e medidas já implementadas.-----

----- Como Líder do Grupo Municipal da CDU ficava o compromisso de que iria acompanhar a situação. Para além da recomendação feita à CMS, solicitaria informação sobre o andamento do Plano. A população da Azoia não estava abandonada, aliás não era prática da CDU deixar obras a meio. -----

----- **O Deputado Municipal João Rodrigues** disse que o Grupo Municipal do MSU também queria reconhecer o mérito da iniciativa, sendo ainda mais meritória por ser a 1ª vez que a AMS tinha uma petição de cidadãos. Não era só o mérito da petição mas também o empenhamento e envolvimento para se chegar até aqui e por ter provocado uma solução para a petição. Não podia deixar de reconhecer e também assumir o compromisso de acompanhar o processo até ao fim.-----

----- Usou depois da palavra o **Deputado Municipal Lobo da Silva** que disse que aquando da reunião da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais realizada no dia 20 de setembro onde se dispusera em levar ao Conselho Municipal de Segurança a questão da não presença assídua da GNR na localidade, queria informar que não pudera colocar a questão porque a GNR por motivo de uma operação urgente no terreno não comparecera à reunião, mas numa nova oportunidade colocaria a questão e depois daria

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

conhecimento da resposta. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel José Pereira** disse que comungava daquilo que fora dito, de valorizar esta intervenção, o trabalho do Grupo, como alguém já dissera este não era um problema recente mas era um problema que nos últimos tempos se vinha a agudizar, com um movimento maior e quase permanente da presença aos sábados e aos domingos. -----

----- Tivera a oportunidade de ir ao local depois da reunião do dia 20 de setembro, verificara que os olhos de gato, às 6 da tarde ainda não eram visíveis pelo que se fossem considerados outros meios de alerta durante o dia seria melhor. Pensara que o assunto tivesse sido falado na reunião do Conselho Municipal de Segurança porque a GNR estava no entroncamento da estrada militar. Estava quando passara para o Cabo Espichel e estava quando voltara. Admitia que a GNR estivesse ali com alguma orientação e era uma quarta-feira, e naturalmente seria ideal que aos sábados e aos domingos a GNR pudesse estar presente. Os radares e as multas seriam um processo mais seguro e efetivo mas provavelmente não existiria capacidade nem condições para se evoluir para uma situação dessas. -----

----- Aquilo que tinha sido o trabalho da CMS tinha sido do ponto de vista do Grupo Municipal do PS, positivo, poderia haver algum acerto, mas estava convencido que melhor que a AMS, a população e o Grupo de Moradores, numa base de diálogo que era essencial manter, tinham sabido levar a bons resultados. Ficava contente por isso. A Azoia também precisava de algum investimento público municipal e finalmente estava a tê-lo. Tinha outros problemas por resolver que poderiam ser apontados por iniciativa do Grupo. Esta tinha sido a 1.ª petição que podia abrir a porta a mais petições e mais pessoas nas sessões da AMS o que era ótimo, e a CMS a poder fazer aquilo que as pessoas efetivamente precisavam quase de resposta imediata àquilo que eram os problemas. Obviamente que a CMS também ficara sensibilizada como todos tinham ficado na sequência do acidente, e arranjava soluções, o que era positivo e portanto saudava também a AMS pela forma como tratara o processo e iria deliberar relativamente ao relatório. -----

----- Concluiu dizendo que a população poderia contar sempre com o Grupo Municipal do PS. -----

----- **O Deputado Municipal José Guerra** disse que o Grupo Municipal do BE elogiava a forma como os moradores da Azoia se tinham organizado, como tinham lutado e travado batalhas para resolverem problemas com que se confrontavam há vários anos mas que ultimamente devido a uma maior circulação de trânsito sentiam mais a situação. Serviam de exemplo a todos os cidadãos locais, de rua, de bairros, para que tivessem uma atividade cidadã mais ativa e alertavam os órgãos competentes para as situações que se passavam ou que interrompiam a normalidade da vivência nos seus locais. Era isto que o BE queria

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

dizer aos habitantes da Azoia ou de qualquer outro sítio ou localidade, ou seja, que não ficassem quietos.

----- Usou de seguida da palavra a **Vice-Presidente da CMS** iniciando por dizer que fora referido que a CMS respondera muito rapidamente às solicitações, ela própria congratulava-se pela celeridade com que a CMS dera algumas respostas, mas queria esclarecer que o que fora feito não resultava apenas da petição nem do movimento espontâneo de cidadãos. Não era por acaso que se a CMS tinha uma candidatura que ia apresentar, ela começara a ser planeada em 2015, ou seja muito antes do acidente. A CMS reconhecia há muito tempo que era necessário fazer uma intervenção de fundo naquela zona ao nível da mobilidade, acessibilidades e segurança. Não sendo possível com o orçamento da CMS arranjar facilmente os 270 mil euros que a intervenção iria custar, a CMS há mais de um ano estava atenta e começara a preparar para que a candidatura se pudesse concretizar e portanto se pudesse resolver rapidamente a situação. -----

----- Disse que também não era necessário que os Municípios fossem ter com a CMS, as opções participadas que o executivo municipal há muitos anos implementara no terreno procurava exatamente isso, ou seja, ir ao encontro das populações e ouvir in loco, aquilo que eram os problemas, as angústias, as propostas e as soluções apresentadas pelas populações, portanto não havia uma consequência por ter acontecido um acidente e a CMS ter ido a correr resolver. Efetivamente algumas situações haviam sido implementadas mais rapidamente por isso e pela petição, mas isto vinha sendo uma política e uma constante do trabalho deste executivo, quer o planeamento sabendo dos problemas que existiam no Concelho quer também sendo o executivo a deslocar-se até às populações. Lamentava que no âmbito das opções participativas, os foros ficassem tão desertos e que as populações só reagissem por vezes de uma forma reativa e não proactiva. -----

----- **O Vereador José Polido** acrescentou que para além do investimento que o Vereador Sérgio Marcelino referira relativamente aos passeios, a CMS ia encetar finalmente a construção do saneamento da Azoia , zona envolvente e Ribeiro do Cavalo. O processo estava bem encaminhado. Esperavam todos que também existissem fundos comunitários. Inicialmente podiam ser feitas várias candidaturas mas na última versão a CMS só pudera apresentar uma candidatura para o território do Concelho. Fora isso que fora feito e esperava que fosse aprovada e que no próximo ano as ruas fossem desventradas para ser colocado o saneamento. Aliás já falara com o Presidente do Grupo Desportivo da Azoia relativamente à questão. No âmbito das opções participadas já fora reforçado o abastecimento de água ao Grupo Desportivo e seguir-se-iam outras intervenções na zona. A CMS também tinha condicionalismos financeiros, não era só o Governo com o Aeroporto. Se todas as pessoas viessem aqui, a CMS não podia

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

fazer tudo, e era por isso que a CMS apresentava as candidaturas para não onerar os impostos dos munícipes e outras taxas, e tinha que esperar muitas vezes que eles fossem aprovados para a CMS poder, racionalmente, elaborar e fazer as obras.-----

----- A Presidente da AMS esclareceu que a AMS elaborara o relatório já apresentado anteriormente, que merecera alguns contributos perguntando no entanto se algum deputado pretendia intervir sobre o mesmo. **Não se verificando qualquer intervenção, a Presidente colocou o Relatório à votação tendo merecido aprovação unânime.** Acrescentou que o mesmo seria remetido para conhecimento e devidos efeitos à CMS, Juntas de Freguesia e Comissão.-----

----- Encerrado o ponto da Ordem de Trabalhos a **Presidente da AMS** agradeceu a presença dos moradores da Azoia e convidou-os a acompanharem o restante trabalho da AMS. -----

----- Retomou em seguida o PAOD interrompido por deliberação da AMS na parte respeitante à **Recomendação com o título Projeto Sport Zimbra** apresentada pelo Grupo Municipal do PSD/ CDS-PP, cujo teor se passa a transcrever: -----

----- *“O projeto Sport Zimbra visa a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens do Concelho de Sesimbra que requeiram o 1.º e 2.º ciclos de Ensino Básico. Tendo em consideração que este projeto não permite que sejam imputados quaisquer custos com transportes ou alimentação, logo este projeto fica inacessível às crianças e jovens de outras Freguesias.* -----

----- *Assim, e caso esta edição decorra em conformidade com o previsto e o mesmo seja implementado para o próximo ano* -----

----- *Recomenda-se:* -----

----- *1.º Que sejam previstas verbas em GOP para a dinamização de um núcleo na Quinta do onde e no Castelo;* -----

----- *2.º Que seja dado conhecimento às Juntas e Assembleias de Freguesia da Quinta do conde e Castelo, afim deste projeto ser divulgado junto da comunidade estudantil.”* -----

----- **A Presidente da AMS** acrescentou que não tinham sido dados contributos por nenhum outro Grupo Municipal pelo que perguntava se algum deputado pretendia intervir. -----

----- **O Deputado Municipal Alain Monteiro** referiu que o Grupo Municipal da CDU dispunha de poucas informações sobre o projeto, certamente a Vice-presidente da CMS o poderia corrigir se dissesse que tinha sido um projeto-piloto, sugerindo que a Recomendação baixasse à Comissão 3 porque decerto havia sido feita uma apreciação do projeto e seria interessante que a AMS conhecesse quais os resultados e expetativas de futuro. -----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **A Presidente da AMS** questionou o Grupo Municipal proponente se concordava com a sugestão de baixar o documento à Comissão 3. -----

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** respondeu que se as outras forças políticas entendiam que deveria baixar a Recomendação à Comissão 3 para análise não via qualquer problema no entanto podia informar que a mesma ia no sentido da resposta da CMS que passou a ler:-----

----- *“Na sequência do exposto pelo Senhor Deputado Lobo da Silva, vimos pelo presente informar que as Normas deste Projeto são inclusivas à participação de todos os alunos do 1º e 2º ciclo das escolas do Concelho. Como se poderá constatar no seu Artigo 11º: "Dinamização das atividades, 1. O SportZimbra surge como um programa de ocupação dos tempos livres, para crianças e jovens do Concelho de Sesimbra, que frequentem o 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico (...)". Trata-se de uma edição piloto do projeto SportZimbra, para a qual não poderão ser imputados quaisquer custos com transportes ou alimentação.*

----- *Caso esta edição decorra em conformidade com o planeado, prevemos na próxima edição ter previstas verbas em GOP para a dinamização de um núcleo na Quinta do Conde.”* -----

----- **O Deputado Manuel José Pereira** disse que tendo em conta o adiantado da hora, o comprimento do PAOD e dado que brevemente seria presente a proposta de Plano e Orçamento para 2017 onde o projeto podia constar ou não, ainda assim admitia que se pudesse discutir um pouco melhor com a CMS as ideias que provavelmente já teria relativamente ao projeto na Comissão 3. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Ribeiro** também disse que o Grupo Municipal do MSU não se opunha a que o documento baixasse à Comissão para uma melhor apreciação. -----

----- **O Deputado Municipal José Guerra** manifestou-se no mesmo sentido. -----

----- Nesta conformidade **a Presidente da AMS submeteu à votação a proposta de baixar a Recomendação à Comissão Sociocultural, Cidadania e Segurança dos Cidadãos tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

----- Prossequindo os trabalhos deu conhecimento das Moções subscritas pela Comissão de Líderes dos Grupos Municipais e pela Comissão Sociocultural, Cidadania e Segurança dos Cidadãos, uma sob o tema **“Escola Secundaria, uma prioridade para a Quinta do Conde”** e a outra com o título **“Pela requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho”**. -----

----- Informou que as Moções surgiam na sequência das informações prestadas pela Vice-presidente da CMS nomeadamente aquando da visita do Sr. Coordenador Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo e que deixara os elementos das Comissões apreensivos quanto àquilo que podia ser uma expectativa mais positiva. As Moções já continham diversos contributos e seria importante que a sua aprovação fosse

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

unânime.-----

----- O conteúdo da Moção “Escola Secundaria, uma prioridade para a Quinta do Conde” é o seguinte:

----- “Sesimbra foi o quinto concelho do país a registar maior crescimento populacional nos últimos 10 anos, situação que acontece pela primeira vez na história do município. À semelhança do que sucedeu em outras ocasiões, esta Assembleia Municipal volta a destacar pela negativa a falta de investimento em equipamentos escolares, designadamente na freguesia da Quinta do Conde, onde não se verificou qualquer crescimento no parque escolar ao nível do ensino secundário, que se resume, atualmente, à escola secundária de Sampaio e à Escola Básica Michel Giacometti na Quinta do Conde, sendo esta provisória há mais de 20 anos. -----

----- A situação supra descrita chegou ao conhecimento do Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, quer através de reuniões levadas a cabo com a Câmara Municipal, quer aquando da sua visita no passado dia 30 de Agosto à Quinta do Conde, onde teve ocasião de observar “in loco” as carências em termos de equipamentos escolares naquela freguesia, manifestamente insuficientes para assegurar a qualidade do ensino secundário, consentâneo com as exigências atuais. -----

----- Pais e Encarregados de Educação vivenciam todos os anos uma preocupação constante na procura de soluções noutros Concelhos, que permitam aos seus educandos continuarem os seus estudos. Muitos alunos vêm-se forçados a deslocar-se para concelhos limítrofes, em virtude da falta de oferta e da sobrelotação da Escola Básica Michel Giacometti, que afetam o seu aproveitamento escolar, e aumentam as despesas das famílias e do próprio Município. -----

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra, para além dos motivos acima enunciados, alicerça esta moção em dois pontos fundamentais: -----

----- Em primeiro lugar, a vontade manifestada pela população da Quinta do Conde na construção de uma nova escola secundária na Quinta do Conde, e para a qual a Câmara Municipal de Sesimbra, em devido tempo, disponibilizou um terreno. Vontade consubstanciada nas petições promovidas pela Junta de Freguesia da Quinta do Conde e Associações de Pais, e que originaram que a Assembleia da Republica levasse a Plenário o assunto da construção da escola secundária da Quinta do Conde, onde a unanimidade sobre o tema foi a tônica entre todos as forças políticas com assento na Assembleia da Republica, com a aprovação de vários projetos de resolução que recomendam ao Governo a construção deste equipamento. -----

----- Em segundo lugar, cumpre salientar que este órgão municipal aprovou diversos documentos onde realça a importância da construção de uma escola secundária na Quinta do Conde, tendo igualmente

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

promovido uma Sessão Temática sobre o “Estado da Educação no Concelho de Sesimbra”, que foca a sua atenção nas lacunas existentes no ensino secundário, em termos de equipamentos adequados e suficientes para dar resposta as necessidades do concelho de Sesimbra, em especial na freguesia da Quinta do Conde.-----

----- *Assim, torna-se imperioso a construção da Escola Secundária na freguesia da Quinta do Conde---*

----- *Nestes termos, a Assembleia Municipal de Sesimbra reafirma:-----*

----- *1. A necessidade urgente da construção da Escola Secundária na Quinta do Conde; -----*

----- *2. O cumprimento dos projetos de resolução aprovados na Assembleia da República; -----*

----- *3. Solicitar ao Sr. Ministro da Educação uma reunião, tendo em vista a resolução deste problema que afeta a população de uma das freguesias com maior número de habitantes do país.*-----

----- *Dar conhecimento: -----*

----- *Presidente da Assembleia da República; Área Metropolitana de Lisboa; Associações de pais; Ministro da Educação; Grupos políticos da Assembleia da República; Comissão Parlamentar de Educação e Ciência; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Diretores de Agrupamentos de Escola do Concelho; Comunicação social local e regional.”-----*

----- *O conteúdo da Moção com o título “Pela requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho” é o seguinte: -----*

----- *“A Escola Básica 2, 3 Navegador Rodrigues Soromenho é a escola sede do Agrupamento com o mesmo nome e fica situada em Sesimbra. A construção do edifício remonta aos anos 60, mais especificamente 1961. Inicialmente foi um colégio particular e apenas em finais dos anos 70 passou a ser escola pública sob a tutela do Ministério da Educação, com a denominação de Escola Básica de Sesimbra.*

----- *Datam também dessa época, 3 pavilhões pré-fabricados, cujas coberturas são de amianto, na altura instalados no seu recinto provisoriamente.*-----

----- *As atuais dezasseis salas/espacos convertidos em salas são manifestamente insuficientes para fazer face às 24 turmas previstas na rede, número que também é insuficiente para fazer face ao número de alunos que chega das restantes escolas do Agrupamento. Ao nível das condições das salas, salienta-se a pequena dimensão de algumas que não têm capacidade para acolher o número de alunos previsto na lei. A título de exemplo, referimos apenas três antigas arrecadações que foram transformadas em salas de aula e que não apresentam as mínimas condições para esse fim.*-----

----- *Face à tipologia do edifício principal, com quatro pisos, e à exiguidade da sala de alunos, único espaço coberto para albergar todos os alunos da escola, sobretudo em dias de chuva, os corredores são*

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

muito barulhentos, o que prejudica, as aulas em funcionamento. Os lanços de escadas existentes entre os pisos são também uma situação problemática e preocupante neste equipamento. Isto também cria uma situação de impossibilidade para os alunos oriundos da Unidade de Apoio à Multideficiência, que funciona na EB1/JI de Sesimbra, que pertence ao Agrupamento e que, pelas condições atrás descritas, alguns são obrigados a mudar de Agrupamento quando transitam para o 2º ciclo, muitas vezes a grande distância da sua residência, outros têm de continuar a frequentar a Unidade na EB1/JI de Sesimbra, que dista sensivelmente 2Km da escola sede.-----

----- Por outro lado, algumas turmas têm de se deslocar ao Gimnodesportivo de Sesimbra, no centro da vila, onde o Ministério arrenda anualmente um ginásio, para terem aulas de educação física, o que nos coloca preocupações ao nível da segurança dos alunos. -----

----- Há anos que os diferentes órgãos de gestão têm tentado, junto da tutela, que esta escola seja intervencionada, tendo já a CMS expropriado um terreno contíguo à escola, para que a ampliação possa ser feita, e também mostrado junto do Ministério da Educação a sua disponibilidade para em conjunto se encontrar uma resposta rápida para a resolução deste problema. -----

----- Na sequência dos diversos documentos aprovados por este órgão autárquico, uma delegação em que a Assembleia Municipal se fez representar teve oportunidade de se reunir com a Comissão Parlamentar de Educação, onde teve ocasião de informar os grupos políticos sobre a necessidade de obras de requalificação nesta escola. -----

----- Estas diligências ocasionaram a visita de diversos deputados da Assembleia da Republica à Escola Navegador Rodrigues Soromenho onde tiveram oportunidade de observar as más condições em que o ensino é lecionado neste equipamento escolar, e que culminaram com a visita do Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, onde o mesmo assumiu a necessidade de uma intervenção urgente nesta escola. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida em sessão ordinária a 30 de Setembro de 2016 delibera:-----

----- 1-Reafirmar a necessidade urgente da realização das intervenções necessárias neste estabelecimento de ensino, ampliação e requalificação, para que tanto os alunos como os professores tenham condições aceitáveis de ensino e aprendizagem;-----

----- 2-Solicitar que as obras de requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho sejam inscritas no Orçamento do Estado para o ano de 2017;-----

----- 3-Solicitar ao Sr Ministro da Educação uma reunião com carácter de urgência.-----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Dar Conhecimento a:-----

----- *Ministro da Educação; Grupos políticos da Assembleia da República; Comissão Parlamentar de Educação e Ciência; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Diretores de Agrupamentos de Escola do Concelho; Comunicação social local e regional.*-----

----- Tomando o uso da palavra o **Deputado Municipal Manuel José Pereira** referiu que sendo Moções subscritas pelas 2 Comissões decerto seriam aprovadas por unanimidade. -----

----- Acrescentou em seguida que o Grupo Municipal do PS para além da intervenção que tivera nas Moções, uma das questões que sugerira ao Deputado Rui João fora relativamente à Moção “*Pela requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho*” que fosse referido que existia uma petição a decorrer, aliás a sua ideia era que a petição já tivesse feito o seu curso. Quis em seguida informar que ele e o Deputado Municipal Nelson Pólvora tinham estado presentes na sessão de apresentação da Petição na Escola, Petição que ele próprio e o Deputado Municipal Nelson Pólvora haviam subscrito, e enquanto eleitos locais do PS haviam tomado 3 iniciativas. Uma fora solicitar ao Grupo Parlamentar do PS que à semelhança de outros Grupos Parlamentares como fora o caso da CDU e do Bloco registassem uma pergunta ao Governo, tendo sido bem aceite; haviam feito uma exposição que remetera ao Sr. Ministro e à DGESTE e à Sra. Subdiretora. Portanto o empenhamento do PS em resolver o problema era total, como aliás vinha sendo de há longa data como vinha sendo de todas as forças políticas, independentemente dos governos, e mantinham todos esse empenhamento. Como o Governo tinha as cores do PS tinha feito um esforço pessoal e particular no sentido de que pudesse ter algum efeito porque o Concelho merecia ter algum investimento na área da educação da responsabilidade da administração central que já não tinha há longos anos. O 1.º ciclo estava relativamente consolidado e tratado no que respeitava ao investimento municipal. Todos sabiam o esforço que isso representava e todos sabiam que a disparidade e desequilíbrio entre uma coisa e outra também não fazia ganhar a ninguém. -----

----- Era óbvio que existia uma questão de prioridades, de os recursos não serem ilimitados e existirem questões que incumbia ao governo a sua resolução e competia aos eleitos fazer a pressão no sentido de que a decisão fosse tomada de acordo com as necessidades, que um pouco por todo o distrito e um pouco por todo o País iam sendo sentidas na área dos equipamentos escolares.-----

----- **O Deputado Municipal Alain Monteiro** dirigindo-se ao Grupo Municipal do PSD disse que a Moção também subscrita pelo Grupo Municipal da CDU acabava por ser uma resposta à indignação que o PSD sentira na reunião da Comissão quando os restantes Líderes de Grupos Municipais se haviam calado quando recebera a notícia por parte da Vice-presidente sobre a questão de não haver dinheiro para a

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

construção da Escola. -----

----- A CDU continuava focada neste objetivo independentemente da cor política que estivesse a governar, não era isso que iria demover a CDU. O que demoveria a CDU era o dia em que as Escolas estivessem a funcionar convenientemente. -----

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** referiu que não se esperava que passado um ano de governação do PS se viesse apresentar uma Moção a requerer a Escola, porque em maio, se a memória não falhava, saíra num jornal e julgava que tinha sido o Deputado Manuel José Pereira a divulgar a notícia, que o Centro de Saúde de Santiago ia ser construído assim como a Escola Secundária da Quinta do Conde ia ser uma realidade. Na reunião com a Vice-presidente da CMS tinham ficado a saber que não havia dinheiro. -----

----- Se era dito que no Governo do PSD havia dinheiro e os governantes eram insensíveis à educação e não construíam porque não queriam, agora perguntava o que é que se passara este ano porque se os dados económicos eram maravilhosos, tudo estava a correr como previsto e depois na reunião de 8 de julho de 2016 onde estivera presente a Vice-presidente e algumas técnicas o Sr. Delegado Regional de Educação, Dr. Francisco Neves, transmitira dúvidas quanto à necessidade de uma Escola Secundária na Quinta do Conde. Solicitava portanto ao Deputado Manuel José Pereira que esclarecesse as dúvidas ao Sr. Delegado. O PSD não mudava de posição na AMS porque desde 2012 que falava na Escola Secundária na Quinta do Conde, e de 2012 a 2014 o PSD era Governo. Perguntou em seguida se tinha havido algum assalto dos “Mortágua” a algum banco, dirigindo a palavra de seguida ao Deputado José Guerra pedindo para esclarecer se tinha havido “desaparecimento de dinheiro”. -----

----- O Dr. Francisco Neves dissera o seguinte na mesma reunião: *“Com efeito, após as obras de beneficiação nas escolas Lima de Freitas e Sebastião da Gama, em Setúbal, estas não estavam lotadas e a Escola Manuel Martins estava mesmo a 1 terço da sua capacidade”*, portanto já se estava a ver o caminho que as coisas estavam a tomar, ou seja perguntava àqueles que no passado apontavam o dedo ao PSD, porque é que não construíam a escola se era prioritária há 3 anos atrás. O PS era capaz de não saber responder mas o BE, que era o porta-voz do governo era capaz de explicar o que é que se passara para não haver dinheiro. -----

----- **O Deputado Municipal José Guerra** fez em seguida um ponto de ordem à mesa referindo o seguinte: -----

----- *“Eu penso que a Mesa deve ter uma posição correta quando se traz para uma discussão política questões familiares mostrando uma falta de caráter que não fica bem numa discussão política e que se*

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

quer democrata. Eu acho que a Mesa se ouve situações em que se mete questões familiares devia ter uma posição.”-----

----- **A Presidente da AMS** perguntou ao que se referia quando referia questões familiares. Daquilo que percebera da intervenção do Deputado Lobo da Silva, fora referido nomes de deputados da Assembleia da República e desta AMS nomeadamente do Deputado José Guerra. Não detetara reparos familiares mas sim personalizados.-----

----- **O Deputado José Guerra** respondeu que era uma situação que se repetia que era a referência à família das Deputadas Parlamentares.-----

----- **A Presidente da AMS** disse que não deduzira que tivesse em causa um juízo de valor relativamente à família. Considerava que o reparo que fora feito poderia ter uma segunda intenção mas entendera que era uma referência personalizada aos Deputados da Assembleia da República. De qualquer modo ficava o registo do desapontamento na forma de ponto de ordem à Mesa mas sentia não o poder aceitar na medida em que não tinha havido da sua parte o entendimento de que estavam a ser colocadas em evidência questões de ordem familiar.-----

----- Solicitava no entanto aos colegas deputados que nas referencias que eram feitas aos deputados da Assembleia da República, por muito que estivessem do um lado ou doutro, que houvesse de facto uma referência sem opinião do seu comportamento ou postura porque estavam acima de tudo valores éticos que deviam ser salvaguardados e que aos nível da AMS todos se deviam pautar pelo sentido da ética por respeito por aquilo que eram as suas posições.-----

----- Era óbvio que tomaria em conta a questão que realçara para que em futuras situações, fossem quais fossem as questões colocadas na AMS, a Mesa pudesse estar mais atenta-----

----- Usou depois da palavra **o Deputado Municipal Miguel Ribeiro** que relativamente à Escola Secundária da Quinta do Conde disse que não era por se mudar o Governo que havia a garantia que a escola fosse construída a curto prazo nem que fosse construída na presente legislatura. Existiam sim intenções. Assistira-se à aprovação de projetos de resolução que recomendavam ao governo a construção da Escola. A posição assumida ao nível das Comissões era muito clara. A AMS não devia amenizar a luta mas reforçá-la e fazer com que esta prioridade, entre outras que existiam, estivesse na linha da frente. Tudo o que pudesse ser feito na AMS era bem-vindo até com a colaboração do Grupo Municipal do PS que teria uma palavra importante considerando que o PS era governo. O MSU estava na linha da frente a apoiar a causa.-----

----- Falou em seguida **a Deputada Municipal Paula Gato** referindo que o Grupo Municipal do PSD

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

devia fazer uma análise àquilo que fora a governação na área da educação durante o seu Governo, e possivelmente não haveria dinheiro na altura porque o investimento, na escola pública, fora canalizado para outros locais, nomeadamente no financiamento de escolas privadas. Por isso mesmo se haviam acumulado uma série de obras e de prioridades que não haviam sido tidas em conta no anterior governo, o que tornava hoje mais difícil que se conseguisse responder a todas as necessidades existentes. -----

Obviamente isso não significava que não se devesse continuar a fazer pressão no sentido de ser construída a Escola Secundária da Quinta do Conde que não deixara de ser necessária objetivamente. ---

----- **A Presidente da AMS** convidou todos os colegas Deputados a refletir no teor das Moções independentemente daquilo que eram as achegas, os comentários e as apreciações políticas que naturalmente tinham todo o cabimento de serem desenvolvidas. Julgava que ambas as Moções deviam reunir consenso e seria importante que todos canalizassem as posturas no conteúdo dos documentos ---

----- **O Deputado Municipal Manuel José Pereira** disse que os seus escritos eram atos de pressão, não tinha o segredo dos deuses em relação àquelas decisões. Não era ele que tomava as decisões e se calhar ainda bem porque eram decisões difíceis que as pessoas se confrontavam face às imensas dificuldades que existiam por resolver. Existiam prioridades a definir. Solicitara esclarecimento se o governo considerava prioritário, considerando quais as condições que poderiam ser criadas e quando, para se avançar com os problemas. Obviamente a construção era um problema de uma dimensão diferente do problema da requalificação ou ampliação e eventualmente até podia passar por duas fases, uma fase de substituição de coisas completamente degradadas, como já se tinha a garantia relativamente ao amianto, substituição de contentores que estavam a funcionar há demasiados anos, portanto tudo isso estava referido nas moções, sendo que o objetivo das Moções era que se conseguisse fazer pressão nesse sentido e justificar porque é que a pressão era lícita, lógica e tinha toda a razão de ser e competia a todos, com jornal ou sem jornal, tentar pressionar por todos os meios ao alcance porque se estava a defender as populações e o Concelho.-----

----- **O Deputado Municipal Lobo da Silva** disse que o que interessava era a unanimidade na Moção pela realização já, ou daqui a um ano da construção da Escola Secundária da Quinta do Conde. Dirigindo-se depois à Deputada Paula Gato referiu que aceitaria as suas palavras se não tivesse tido acesso ao relatório do Tribunal de Contas sobre a grande festa que fora a Parque Escolar. Não ia dizer que não tinham existido intervenções da Parque Escolar necessárias, mas não podia deixar de referir o desvario de candeeiros e lustres italianos, torneiras italianas, estores elétricos, ar condicionado por tudo o que era sitio, em que as escolas não tinham dinheiro para manter os luxos.-----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Não tinha havido dinheiro efetivamente porque a dívida da Parque Escolar fora monstruosa e daí o governo do PSD ter que parar as obras que estavam projetadas. -----

----- **A Deputada Municipal Paula Gato**, invocando a defesa da honra disse querer lembrar o Grupo Municipal do PSD que a perspetiva ideológica de que bastava para a escola pública o mínimo, ia no mesmo sentido de que bastava aos pobres terem pão, e lembrava a importância das questões estéticas e da qualidade nas escolas e dava um exemplo, sendo exemplo se calhar muito pouco adequado, mas relembrou que até Salazar investira na Escola Pública e colocando obras de arte significativas em escolas públicas, bastava ver os edifícios do Instituto Superior Técnico. -----

----- **Seguidamente a Presidente da AMS colocou à votação a Moção com o título “Escola Secundaria, uma prioridade para a Quinta do Conde” atrás transcrita, tendo merecido aprovação unanime.** -----

----- **Colocou depois à votação a Moção sob o tema “Pela requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho” atrás transcrita, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

----- **A Presidente da AMS** prosseguindo os trabalhos apresentou a Moção com o título “**Pela igualdade de tratamento entre partidos políticos e movimentos independentes; pela alteração da Lei Eleitoral Autárquica**” subscrita pelo Grupo Municipal do MSU, cujo conteúdo se passa a transcrever:-----

----- *“São inúmeras as diferenças de tratamento entre partidos e Movimentos de Cidadãos ao nível da Lei Eleitoral Autárquica, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto, e com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 20-A/2001, de 12 de Outubro, Leis Orgânicas n.º 5-A/2001, de 26 de Novembro; n.º 3/2005, de 29 de Agosto; n.º 3/2010, de 15 de Dezembro; e n.º 1/2011, de 30 de Novembro.* -----

----- *Tais assimetrias são evidentes, notando-se sobretudo:* -----

----- - *Ao nível do financiamento estatal, na medida em que os movimentos independentes não têm direito a financiamento estatal pré-eleitoral, tendo grande dificuldade em obter apoios financeiros. Ao invés, os partidos não só têm direito ao adiantamento de verbas antes das eleições, que lhes confere meios financeiros para as campanhas eleitorais, como recebem subvenções após as eleições.* -----

----- - *A nível fiscal, pois enquanto os partidos estão isentos do pagamento de IVA e de outros impostos, os Movimentos Independentes pagam IVA a 23%, não beneficiando de qualquer tipo de isenção em matéria tributária;* -----

----- - *Ao nível da representatividade: ao contrário dos partidos, os Movimentos Independentes têm que se fazer representar por um mandatário financeiro, sobre quem recai um conjunto de*

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

responsabilidades como a utilização do seu número de contribuinte, com todos os inconvenientes pessoais daí decorrentes;-----

----- - Em termos de listas de candidatos: enquanto cada partido apenas necessita de apresentar a sua lista no tribunal da comarca competente, os Movimentos Independentes têm de recolher um número (excessivo) de assinaturas, processo que se afigura demorado, e que por esse motivo obriga que as listas estejam fechadas com meses de antecedência, e são obrigados ao cumprimento de um conjunto de formalismos sempre que ocorra alteração nas listas;-----

----- - Ao nível da identificação no Boletim de Voto, enquanto cada partido tem o direito de usar um logotipo que o identifica e o distingue em relação aos demais partidos, os Movimentos Independentes não podem por norma usar um logotipo impresso, sendo identificados através de um número romano, o que cria uma evidente desigualdade na identificação e pode confundir os eleitores na altura de decidir em quem votar.-----

----- Atento o exposto, a própria lei que regula esta matéria, em vez que conferir um tratamento igualitário a todos os movimentos políticos, independentemente da sua índole partidária ou não partidária, acaba por ter dois pesos e duas medidas, a coberto da injustiça e da desproporcionalidade, criando obstáculos intoleráveis à nossa democracia participativa, na perspetiva da participação ativa e organizada dos cidadãos na vida política local autárquica.-----

----- Atento o exposto, e CONSIDERANDO QUE:-----

----- A) Torna-se necessário que a Lei Eleitoral proceda a um tratamento igualitário entre partidos políticos e movimentos de cidadãos, em questões essenciais como o financiamento pré-eleitoral, o regime fiscal aplicável, a representatividade, a elaboração das listas de candidatos e a identificação no boletim de voto; -- -----

----- B) A última alteração da Lei Eleitoral remonta a 2011, sendo essencial o seu ajustamento e adequação à nova realidade política nacional, em que os Movimentos de Cidadãos vêm assumindo uma importância crescente e uma cada vez maior representatividade política autárquica;-----

----- C) O fenómeno da abstenção constitui uma preocupação de todas as forças políticas, podendo os Movimento de Cidadãos contribuir para um reforço da participação política e cívica dos cidadãos no processo de tomada de decisão política, e numa maior credibilidade e renovação dos próprios partidos políticos e dos seus “atores”;-----

----- A Assembleia Municipal, reunida em plenário no dia 30 de Setembro de 2016, delibera:-----

----- Solicitar ao Governo e às restantes forças políticas que proponha(m) à Assembleia da República a

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

revisão da Lei Eleitoral Autárquica, de modo a que este diploma passe a conferir um tratamento igualitário entre partidos políticos e movimentos independentes, em matéria de candidaturas a eleições autárquicas.-----

----- *Dar conhecimento desta Moção:* -----

----- *Ao Sr. Presidente da República;* -----

----- *Ao Sr. Presidente da Assembleia da República;*-----

----- *Ao Sr. Primeiro-Ministro;*-----

----- *Ao Sr. Ministro da Administração Interna;*-----

----- *Ao Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais;*-----

----- *Aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República;* -----

----- *À Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;* -----

----- *À Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação;*

----- *À Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local;*

----- *À AMAI (Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes);* -----

----- *À Junta Metropolitana de Lisboa;*-----

----- *À Câmara Municipal de Sesimbra;*-----

----- *Às Assembleias e Juntas de Freguesia do Município de Sesimbra;*-----

----- *À Comunicação Social Local e Regional.”* -----

----- **O Deputado Municipal Alain Monteiro** sugeriu em nome do Grupo Municipal da CDU que a Moção baixasse à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais com o objetivo de poder ser analisada com outro rigor considerando que não tinha havido tempo suficiente para poder ser devidamente apreciada.

----- Tomando o uso da palavra o **Deputado Municipal Miguel Ribeiro** na qualidade de elemento do Grupo Municipal proponente referiu que fora apresentada a Moção na sequência do aumento de importância no panorama autárquico dos movimentos de cidadãos e na reivindicação que vinha sendo feita ao longo dos últimos anos pela alteração da Lei Eleitoral no sentido de conferir uma maior igualdade de tratamento entre partidos políticos e movimentos de cidadãos. Como era óbvio não eram realidades absolutamente iguais e por isso este princípio de igualdade não devia ser levado à letra como era interpretação do princípio da igualdade previsto na Constituição, mas existia um mínimo de tratamento igualitário que tinha de ser assegurado e era nesse sentido que o MSU apresentava a Moção. Existindo aqui alguma margem para enriquecer a Moção, a forma como era apresentada e a sua fundamentação, o MSU não via inconveniente que a Moção baixasse às Comissões 1 e 3, não no sentido de retirar força,

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

mas no sentido de ser uma Moção com mais força, mais fundamento e que pudesse ser subscrita por todas as forças políticas, que era isso que o MSU pretendia. -----

----- **A Presidente da AMS** considerando a aceitação por parte dos proponentes perguntou ao Plenário se tinha alguma objeção. **Como ninguém se pronunciou foi considerado como aprovação unânime baixar a Moção para reapreciação à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais e à Comissão Sociocultural, Cidadania e Segurança dos Cidadãos.** -----

----- Continuando os trabalhos, a Presidente da AMS apresentou a Moção com o título “**Pelo direito da população do concelho de Sesimbra ao transporte público e à mobilidade**” subscrita pelo Grupo Municipal da CDU cujo conteúdo se passa a transcrever:-----

----- *“O passe Social Intermodal foi uma conquista de grande relevância social no Portugal do pós 25 de Abril.* -----

----- *O seu efeito sentiu-se no enorme impacto na mobilidade alargada da população, melhorando o acesso aos transportes públicos e moderando os preços praticados.* -----

----- *Contudo, temos assistido desde largos anos a esta data, que não foram tomadas as medidas adequadas à valorização do Passe Social, bem como a aumentos desproporcionais do seu custo face ao Salário Mínimo Nacional, bem como de uma expansão urbana que não foi acompanhada pela adequação quer da rede de transportes, quer da cobertura do passe social.* -----

----- *O sistema de bilhética da Área Metropolitana de Lisboa (AML) é hoje extremamente complexo, fruto de uma política que apostou na multiplicação de títulos (há mais de 2000 tipos de bilhetes e passes na AML) ao mesmo tempo que reduziu a oferta – horários e percursos - como condição para a contenção de preços, ao invés de privilegiar a intermodalidade e a atratividade do sistema.* -----

----- *O enfraquecimento do Passe Social Intermodal e da oferta dos transportes públicos é lesivo dos interesses das populações, dos concelhos e do país.* -----

----- *Uma oferta dispendiosa, deficitária e dominada pelos operadores privados (onde a oferta ainda é mais reduzida e a preços ainda mais elevados), constitui um estímulo ao transporte individual, com todas as consequências daqui decorrentes, nomeadamente ambientais. Situação que, por outro lado, é um fator de exclusão social de largas camadas da população que não podem recorrer ao transporte individual (idosos, trabalhadores precários, desempregados, crianças e jovens, etc).* -----

----- *Os custos para os utentes com os transportes públicos são demasiado elevados, e sofreram um agravamento brutal nos últimos anos. Para ficarmos com uma ideia, são mais caros na Área Metropolitana de Lisboa do que na de Berlim, apesar da grande diferença para o salário mínimo alemão.*

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A agravar esta situação, acresce o facto dos utentes do concelho de Sesimbra, não serem abrangidos pelo passe social intermodal mesmo como este se constitui atualmente. Acresce a esta grave situação que a ligação de Lisboa por via-férrea efetuada pela Fertagus, não se encontra abrangida pelo Passe Social Intermodal. -----

----- Uma política de transportes coerente, terá de ter em conta um número cada vez mais alargado de utentes. É necessário, pois, garantir um aumento direto da oferta, mas também que os utentes podem utilizar plenamente essa oferta, promovendo a mobilidade através do Passe Social Intermodal e da unificação do sistema de bilhética.-----

----- Há que tomar medidas urgentes que contrariem o ciclo vicioso constituído pelo aumento do preço e degradação do serviço, que resulta invariavelmente em nova perda de utentes e conseqüente aumento de custo e degradação do serviço. -----

----- Os transportes públicos têm que ser atrativos e com preços que estimulem a sua utilização em detrimento do uso do transporte individual.-----

----- Uma das questões centrais para o desenvolvimento de um verdadeiro sistema de transportes na AML é que o tarifário assente na plena intermodalidade do mesmo, integrando todos os operadores, modos de transporte e respetivos serviços no sistema. -----

----- Neste sentido, pretende-se, garantir que, com um mesmo passe intermodal ou um mesmo bilhete, se possa circular por toda a AML, adequando assim o passe intermodal social à realidade urbana atual, promovendo a atratividade dos transporte Público e o crescimento dos utentes, com ganhos evidentes para os próprios e para a sociedade. -----

----- Vários cálculos permitem demonstrar que essa opção fica mais barata também ao próprio Estado, pois o que se perde em receita para as empresas (ao reduzir os preços dos transportes públicos) compensa-se com o aumento do número de utentes, com a redução de importações de combustível e de automóveis, com a melhoria do ambiente e do ordenamento, com a redução dos custos com a saúde pública. -----

----- Assim, considerando: -----

----- - A importância para a promoção do transporte público que a iniciativa legislativa do Partido Comunista Português leva à Assembleia da República, para a criação de um Passe Social Intermodal que abranja toda a Área Metropolitana de Lisboa, e que junte todos os operadores e todas as carreiras, assegurando a plena cobertura de todos os concelhos desta área (Sesimbra incluída), pelo Passe Social Intermodal, -----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *Os eleitos na Assembleia Municipal de Sesimbra* -----

----- *a) - Afirmam o seu interesse e disponibilidade para aprofundar o tema da melhoria da rede e oferta de transportes públicos no concelho. Recomendam à Câmara Municipal de Sesimbra que promova o debate e a iniciativa pública relativa a esta temática no Concelho;* -----

----- *b) - Manifestam o apoio a esta iniciativa pelas enormes vantagens que tem para a mobilidade a existência de um Passe Social Intermodal que cubra todos os operadores, todas as carreiras, toda a Área Metropolitana de Lisboa.* -----

----- *Dar conhecimento a:* -----

----- *CMS* -----

----- *Câmaras municipais e assembleias municipais da AML* -----

----- *Associação Nacional de Municípios* -----

----- *AMRS* -----

----- *Grupos parlamentares da AR* -----

----- *Primeiro-ministro* -----

----- *Presidente da República.”*-----

----- **Aberta a discussão, o Deputado Municipal José Guerra** disse que esta Moção à semelhança dos 2 documentos anteriores que não haviam recolhido contributos, também esta não havia sido apreciada convenientemente pelo que na sua opinião devia baixar à Comissão respetiva. -----

----- **O Deputado Municipal Alain Monteiro** respondeu que se fosse essa a opinião generalizada que a CDU não via inconveniente que a Moção baixasse à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais e à Comissão de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território. -----

----- **Neste sentido foi deliberado por unanimidade, baixar a Moção à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais e à Comissão de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território.**

----- **Proseguindo os trabalhos a Presidente da AMS** retomou a Moção com o título “**Atendimento ISS Quinta do Conde**” informando que tivera o acolhimento de uma nova redação por parte do proponente com os contributos do PS e da CDU, cujo conteúdo se passa a transcrever:-----

----- *“O Instituto de Segurança Social, IP encerrou em Fevereiro de 2015 o atendimento semanal na Freguesia da Quinta do Conde, serviço que estava a ser assegurado por duas técnicas no edifício da Junta de Freguesia.* -----

----- *A solução arquitetada por este Instituto com a Cercizimbra para minimizar o grave problema causado à População Quinta Condense é manifestamente deficitária.*-----

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Porque o encerramento deste atendimento deixa os Quinta Condenses mais desprotegidos, porque a maioria das pessoas que até agora se socorriam deste apoio na Quinta do Conde continuam a ter que se deslocar a Sesimbra ou a Setúbal, situação que entendemos ser insuportável a quem se encontra mais vulnerável, falamos em termos financeiros e também na escassez de transportes públicos nomeadamente para Sesimbra. -----

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra solidariza-se mais uma vez com os Quinta Condenses e solicita ao Governo a criação de melhores condições de qualidade e de proximidade que respondam às questões referidas de forma permanente.”-----

----- **Submetida a votação a Moção foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **O Grupo Municipal do PS prestou a seguinte Declaração de Voto:** -----

----- “O Grupo Municipal do PS entende que a redação está correta embora o termo “de forma permanente” estivesse quase a obrigar o governo, enfim a segurança social, a resolver o problema da forma que a AMS entendia ser a mais correta. Que podia não ser a mesma que o governo entendesse e pudesse. A Declaração ia no sentido de que preferia um pouco mais de flexibilidade dada à redação, mas não deixava de apoiar e subscrever.” -----

----- **A Presidente da AMS** disse que ao terminar o conjunto de 14 documentos queria registar a disponibilidade dos proponentes para a aceitação de contributos que tornaram os documentos mais fortes em termos da sua apresentação e a deliberação por unanimidade, nomeadamente a Moção que se acabara de votar. -----

----- Prossequindo o PAOD usou da palavra o eleito substituto do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, **Fernando Patrício** que convidou todos os presentes a participar no 31º aniversário da Quinta do Conde, principalmente no debate sobre as novas competências para as freguesias no dia 7 de outubro, com início pelas 21h00. O debate contaria com 2 Presidentes de Junta do Concelho de Lisboa, que já tinham a nova realidade em prática e que poderia ser útil, André Couto, da Freguesia de Campolide e Fábio Sousa, da Freguesia de Carnide. Contaria também com a colaboração do Sr. António Marques, Diretor do Jornal Raio de Luz, Victor Antunes, Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Francisco Jesus, Presidente da Junta de Freguesia do Castelo e Vice-presidente da ANAFRE, e Nuno Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião e Coordenador de Delegação Distrital da ANAFRE. -----

----- Inserido ainda nas comemorações do aniversário da Freguesia seria realizada uma sessão evocativa no dia 8 de outubro, pelas 16h00, na Voz do Alentejo, à memória do Cidadão Quinta condense

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

João Favinha, e no dia 9 de outubro, pelas 11h00, seria inaugurada uma escultura no Parque da Ribeira. Por último, a partir das 15h00, seguiam-se algumas saudações a Quinta condenses que a Junta pretendia distinguir.-----

----- De seguida tomou o uso da palavra **o Deputado Municipal Lobo da Silva** que apresentou a seguinte Declaração Política:-----

----- *“Retrato de um projeto falhado-----*

----- *A poucos meses de assinalar um ano da existência da nova solução política que culminou na formação do governo das esquerdas, torna-se premente fazer uma desmistificação daquilo que tem sido ação das políticas erradas e cada vez mais falhadas do governo das esquerdas.-----*

----- *Parece-nos pertinente lembrar o revivalismo efémero da conjuntura política que a nossa democracia atravessou em poucos meses, e que a empolgação de uma, tal revolução ‘trotskista’ que acalentava alguns cidadãos após a tomada de posse do executivo, anunciavam que estava capitulada a linha de “austeridade” e enquanto isso os portugueses passariam a aplicar novos termos no seu léxico de bolso naquelas pequenas conversas de café e da paragem de autocarro tais como retoma, crescimento e emprego, como se tal mérito fosse possível com um governo refém do PCP e do BE, com um primeiro-ministro malabarista e um ministro das finanças disposto a tudo, como poderemos ficar confiantes para o futuro uma vez que a interpretação desta governação esquerdista, é extremamente dicotómico e depende obviamente da apropriação política para fins públicos e de propaganda.-----*

----- *Por falar em mérito o único que podemos apontar ao do líder da Geringonça é a mestria e habilidade na arte do improvisar sem planeamento estratégico, utilizando cola barata, ao nível dos bazares da ‘china, tem conseguido sedimentar um acordo entre ideologias relativamente distintas e distanciadas, e parece ser capaz de unir esforços com os seus parceiros, quando lhe convém exemplo disso a lista de juízes para o Tribunal Constitucional com o acordo do BE sem que o PCP tenha sido consultado.*

----- *Uma questão se levanta neste momento o que fez mudar o PCP para apoiar um governo do PS? A resposta parece-nos, apesar de tudo, fácil.-----*

----- *Para o PCP o Estado Social seria destruído por um segundo governo PSD /CDS. O PCP precisa que os sindicatos não deixem de ter importância, que a contratação coletiva não termine de vez e que os transportes públicos não sejam todos privatizados. Para um partido marxista é uma mudança histórica. É uma mudança tática, circunstancial que o futuro revelará qual o preço a pagar uma coisa é certa o resultado das presidenciais geraram desconforto e preocupação. O que une os três partidos, a partir de agora, é o medo de deitar tudo a perder. Quem puxar o tapete sabe que terá que arcar com as culpas.*

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Lembramos que na história e na diplomacia houve alianças que perduraram pelo medo de as deitar abaixo e pelas consequências da queda. Parece-nos que a geringonça, num país de novo estagnado pode acabar por ser outra coisa tornar-se afinal num calhambeque. Seria desejável que alguém informasse estes senhores do custo que representaria para Portugal a narrativa do protecionismo da economia fechada que continuam como alicerces ideológicos destes partidos. -----

----- A quebra do investimento estrangeiro reflete a perceção externa do risco e da falta de confiança nas políticas e no modelo económico prosseguido para o país. No mesmo sentido á que referir que aqueles que são considerados os dois motores da economia o investimento e as exportações de bens registam quedas acentuadas á cinco meses É preciso recuar a 2009, o ano da grande crise económica mundial, para encontrar um pior desempenho. No primeiro semestre de 2015, as vendas ao exterior estavam a subir 4,4%, já no trimestre terminado em julho de 2016, as exportações de bens decresceram 2,3% e as importações de bens diminuíram 3,9%, face ao período homólogo maior quebra em ano e meio. Mantendo-se uma queda progressiva daquele que foi o grande motor da recuperação económica portuguesa nos últimos anos. -----

----- A diminuição das exportações significa a descontinuação parcial das políticas de diversificação do tecido empresarial e uma má notícia para o país. O decréscimo das exportações e internacionalização das nossas empresas colocará em causa a balança comercial de pagamentos como consequência maior necessidade de financiamento externo logo um manifesto aumento da dívida, que compromete o crescimento económico. -----

----- Aleado a isto o menor crescimento do PIB face ao projetado, 1,8% afigura-se nesta fase uma ilusão parece claro que a prometida redução da carga fiscal em 2017 não passa de uma miragem. -----

----- Outro dos aspetos que consideramos preocupantes diz respeito aos juros da dívida as ultimas emissões traduzirão um aumento das taxas de juro nas maturidades mais altas um sinal claro de maior desconfiança e preocupação dos mercados em relação a dívida portuguesa aleado a isto também o BCE anunciou a redução da compra de dívida portuguesa.-----

----- No que diz respeito á política fiscal, as alterações com a introdução do imposto sucessório em 2017, o último golpe na competitividade fiscal do país. Um erro colossal e que servirá apenas para satisfazer a voracidade do Bloco de Esquerda no seu ataque a qualquer forma de riqueza e satisfazer mais aumento de despesa pública.-----

----- Ainda na politica fiscal a esquerda radical e defende a criação de uma lei que permita o acesso livre do fisco às contas acima de 50 mil euros. Certamente estamos perante uma ameaça à privacidade e

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma devassa a vida dos cidadãos. Esta extrema esquerda estalinista do início do século XXI pretende apropriar-se daquilo que é propriedade privada seja através de impostos sobre a propriedade privada bem como de impostos sobre as poupanças que os cidadãos fizeram e sobre os quais já pagaram impostos quando geraram essas poupanças.-----

----- O que está por trás não é o combate à evasão fiscal mas sim o primeiro passo para taxar as poupanças. Pretende-se confiscar numa lógica de revolução russa, ou mesmo criar uma versão estatizante e estalinista do verão quente de 75 penalizante para as famílias, empresas e para a economia portuguesa.

----- Esta terrível epidemia ameaça o nosso presente e, acima de tudo o nosso futuro a curto e a médio prazo. - “No PSD, permanecemos fiéis ao nosso compromisso com o País e à nossa alma social-democrata: reformista e inconformista. Já provámos que conseguimos implementar um projeto de progresso social e de desenvolvimento económico. Lutaremos por esta visão de Portugal. Lutaremos pelos portugueses”.--

*----- **A Presidente da AMS** referiu que apesar da leitura da Declaração Política poder ser inserida no âmbito do PAOD, o Regimento era omissivo no que respeitava ao tempo que podia durar, no entanto numa sessão com 14 documentos no PAOD e com a situação da Petição com a presença de um conjunto de peticionários, a leitura da Declaração contribuiu para uma maior extensão temporal da sessão. Era de opinião que na próxima reunião da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais esta questão pudesse ser analisada para um melhor ordenamento do tempo. Era uma hora da manhã e ainda faltava apreciar um ponto da Ordem de Trabalhos.*-----

----- Acrescentou que a Declaração Política não tinha discussão.-----

----- Ao pedido de apresentação de uma Declaração Política por parte do eleito substituto do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Fernando Patrício, a Presidente da AMS solicitou, que considerando o adiantado da hora, ela pudesse ser feita na próxima sessão da AMS.-----

*----- **A Deputada Municipal Paula Gato** solicitou que quando fossem apresentadas Declarações Políticas fosse dada oportunidade aos outros Grupos Municipais de também fazerem as suas Declarações. No mínimo, ouvir os profetas da desgraça durante tanto tempo, era deprimente.*-----

*----- **A Presidente da AMS** respondeu que convidara os colegas da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais para uma reflexão sobre o funcionamento em futuras situações porque à priori acreditava que outros Grupos Municipais pudessem apresentar Declarações.*-----

*----- Prosseguindo os trabalhos a Presidente da AMS declarou aberta a discussão do 2º ponto da Ordem de Trabalhos “**Apreciação da Atividade Municipal**”.*-----

*----- **O Deputado Municipal Manuel José Pereira** apresentou de seguida a proposta que julgava fosse*

Ata nº32 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

subscrita por outros Grupos Municipais no sentido de passar o 2º Ponto da Ordem de Trabalhos para a próxima sessão da AMS, considerando o adiantado da hora.-----

----- **A Presidente da AMS auscultou de seguida a opinião dos restantes Líderes dos Grupos Municipais tendo todos concordado, pelo que submetida a votação, o Ponto Ordem de Trabalhos “Apreciação da Atividade Municipal” transitou para a próxima sessão extraordinária a convocar oportunamente.** -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

----- Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e quinze do dia 1 de outubro de 2016.-----

----- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----